

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 493 a 495/2012 2

Atos Legislativos

Ata da 2153ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

Ata de Reunião das Comissões em Conjunto 14

Ata da Comissão de Constituição, Justiça e

Redação Final 14

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretária e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 493/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARÍLIA APARECIDA GOMES SOUZA, Assistente Parlamentar II**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 03.12 a 08.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse deste Parlamento junto ao Setor de Documentação Legislativa da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 03 de dezembro de 2012

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 494/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ANA RAFAELA DE SOUZA HERMOGENS, Matrícula 008924, AGUINALDO ALVES LACERDA, Matrícula 009884 e VERLANDE DE SOUZA PIMENTEL, Matrícula 010760**, para viajarem com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 10.12 a 16.12.2012, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais junto ao Departamento Legislativo da Câmara Federal, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 03 de dezembro de 2012

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 495/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 03.12 a 08.12.2012, com a finalidade de participar de audiência no Ministério dos Esportes e na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 03 de dezembro de 2012

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA
**ATA DA 2153ª SESSÃO, EM 31 DE OUTUBRO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido o Senhor Deputado George Melo para atuar como Segundo Secretário Ad hoc. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado George Melo, proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura do Termo de não realização da Sessão do dia vinte e quatro de outubro.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS

-Proposta de Emenda à Constituição s/nº, de vários Deputados, que Acresce dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima.

-Ofício nº 028/12, de 30/10/12, da Deputada Ângela Águida Portella, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30/10/12.

-Ofício nº 024/12, de 30/10/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30/10/12.

-Ofício nº 024/12, de 30/10/12, do Deputado Flamarion Portela, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30/10/12.

DIVERSOS

-Ofício nº 115/12, de 29/10/12, da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima, referente as Reivindicações de identidade e valorização profissional.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (George Melo) – Senhor Presidente, não há Orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira pede Questão de Ordem – Senhor presidente, quero deixar registrado que a Lei 215/98, lei de

incentivo ao setor produtivo, volta a funcionar na sua normalidade, mas, mesmo assim a audiência é importante para que possamos nos aprofundar nos debates.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo Orador inscrito para o Grande expediente, passamos para a Ordem do Dia.

Não havendo matéria para Ordem do Dia, neste momento a Sessão Plenária será transformada em Audiência Pública, nos termos do artigo 133 do Regimento Interno, atendendo ao requerimento 040/12 aprovado na sessão plenária do dia 18 de outubro do corrente, momento em que esta Casa estará recebendo o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Roraima, Doutor José Hamilton Gondim Silva, e os Professores Mestres Maria José dos Santos, Francisco das Chagas da Silva, João José da Costa Silva, André Augusto da Fonseca, Gladson Paulo Milhomes, Luana Carvalho de Oliveira, Adriele Naiara do Nascimento Araújo e Francisco Ribeiro Soares.

Solicito ao Senhor Deputado Chicão da Silveira que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Magnífico Reitor, Doutor José Hamilton Gondim.

Solicito ao Senhor Deputado Chicão da Silveira que conduza a Mesa dos Trabalhos a Professora Mestre Maria José dos Santos.

Solicito ao Senhor Deputado George Melo que conduza à Mesa dos Trabalhos os Professores Mestres Francisco das Chagas e André Augusto da Fonseca.

Solicito ao Senhor Deputado Gabriel Picanço que conduza à Mesa dos Trabalhos os Professores Mestres João José da Silva, Gleidson de Paula Milhomes, Luana de Carvalho Oliveira e Adriele Naira do Nascimento para fazerem parte da Mesa.

Senhores membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Doutores, Mestres, alunos da UERR, temos o prazer muito grande em recebê-los aqui na nossa Casa, nesta manhã de trabalho, para discutirmos os problemas que afligem essa categoria, para discutirmos algo que possa ser feito para melhorar a qualidade de ensino do Campus da nossa querida Universidade. Quero dizer a vocês que a Assembleia está sempre aberta na política de aproximar esta Casa à população organizada do Estado de Roraima.

Portanto, fica aqui o nosso agradecimento pela presença de vocês.

Vamos abrir essa Audiência Pública com a palavra do Magnífico Reitor José Hamilton Gondim. E, quero dizer às pessoas que nesta Casa existem algumas regras, as quais gostaríamos que fossem respeitadas, por exemplo, manifestação, só com palmas, não é permitido vaias. Nem interfiram na fala da pessoa que está fazendo o uso da palavra naquele momento. Portanto, gostaria de ter essa compreensão de vocês no sentido de que a Audiência ocorra na maior tranquilidade possível.

Nesse momento passamos a palavra ao Magnífico Reitor José Hamilton Gondim, pelo tempo de 25 minutos.

Temos aqui 07 pessoas do sindicato, do corpo docente, e nós temos somente o Magnífico Reitor do outro lado. Então, vamos dar ao Reitor 25 minutos para que ele possa fazer sua explanação e depois, 08 minutos a cada um dos escritos para usar a tribuna.

O Senhor Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Roraima – UERR, Doutor José Hamilton Gondim – Excelentíssimo Senhor Presidente desta Egrégia Casa Legislativa, Deputado Chico Guerra, Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação; Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, Senhoras e Senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer por ter essa oportunidade de prestar aos senhores que representam o povo de Roraima e a comunidade em geral, os esclarecimentos solicitados por Vossas Excelências.

Peço perdão porque não pude ser tão sucinto, tendo em vista que a convocação chegou as minhas mãos no dia 25 para uma apresentação no dia 31, relativamente pouco tempo, daí não ter sido tão sucinto como deveria ser.

Mas, eu gostaria, permitam-me, de iniciar o meu pronunciamento comentando os considerandos, um a um, que fundamentam o requerimento.

Nesses considerandos, houve uma certa indicação que poderia ser considerada meio ofensiva, tanto a minha pessoa, como a Instituição.

Vejamos o primeiro considerando. Considerando a ocorrência pretérita que o Ministério Público do Estado ingressou com uma ação de improbidade administrativa contra o Senhor José Hamilton Gondim, quero dizer que não poderia ter melhor oportunidade para esclarecer todos os fatos sobre o que está aqui. E, agora, neste plenário, perante Vossas Excelências, posso dizer que é verdade, estou respondendo processo por improbidade administrativa, não por roubo, mas por descumprir o regimento constitucional de manter servidores cedidos em funções diversas dos seus cargos de origem. A ação está calcada no inquérito realizado em 2008. Tendo sido nomeado Reitor em 2011, está claro que

não posso ser responsabilizado por atos anteriores a minha gestão. Isso, os Senhores que fazem as leis, sabem perfeitamente que é verdadeiro.

Mas, a título de argumentação mesmo, não tendo responsabilidade direta pelos fatos ocorridos, afirmo que diferentemente do que alega o Ministério Público, a cessão de professor da Secretaria de Estado da Educação para a Universidade é perfeitamente legal. Vejamos, a Lei Complementar 53 diz que o servidor pode ser posto à disposição de outros órgãos, desde que seja para cargo de confiança, em primeiro caso e em segundo, em caso específico de lei que especifique isso. A Lei Complementar que criou a Universidade diz que o Estado poderá ceder ou redistribuir servidores administrativos e professores da rede estadual pública para UERR. Como se pode alegar violação ao ordenamento jurídico a quem obedece duas leis complementares desta Casa Legislativa e sancionadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, e não compete a UERR julgar a constitucionalidade ou não das leis estaduais.

Gostaria de enfatizar que eu assumi a Universidade e a encontrei com 90 professores efetivos; 56 professores ditos cedidos; 66 temporários, 77 administrativos e 2000 alunos. Enquanto o Ministério Público alegava a ilegalidade dos cedidos, o Tribunal de Contas do Estado, por diversas vezes, chamava atenção de que existiam professores temporários em números excessivos e que a Universidade não estaria respeitando a lei que manda que mais da metade dos cargos comissionados da Universidade fossem ocupados por efetivos. Eu pergunto, como poderia tender ao percentual de 50% para ocupação de cargos comissionados por concursados, se não existiam concursados em números suficientes? Essa situação facilitava as indicações políticas que foram encontrando raízes em alguns cargos da UERR. Para que se tenha uma ideia da ocupação indevida dos cargos, basta lembrar que existiam dois coordenadores de curso de graduação que eram professores temporários, um deles fez concurso para professor do mesmo curso que ele coordenava e não passou, e diziam na cidade que esse concurso era para acertar a vida de algumas pessoas que estavam em situação irregular.

Quero dizer que o processo de renovação do quadro efetivo da instituição demanda tempo, uma vez que para realizar um concurso público para professor, por exemplo, devem ser seguido todos os preceitos constitucionais, principalmente o concurso para o professor.

Do total de 250 vagas oferecidas para o concurso, apenas 77 professores e 82 técnicos administrativos obtiveram êxito, e aí está a relação de todos os concursos para pessoal técnico, técnico administrativo e docentes. São 43 concursos para docentes feito em um ano e meio. Os senhores têm ideia do que significa fazer um concurso para docente? Envolve aula, prova escrita, designação de uma comissão examinadora com 03 professores Doutores, geralmente de fora do Estado. Com tudo isso, para atender as notificações recomendatórias que chegou em pleno funcionamento do semestre, nós não poderíamos atendê-la a ferro e fogo, porque poderia comprometer as aulas dos alunos que são muito mais importante.

Todos esses concursos públicos não teriam sido possíveis, se não fosse a atuação dos professores cedidos e a compreensão de Sua Excelência, o Senhor Governador, e da SEPLAN que, mesmo numa época de dificuldade financeira porque passa o Estado, praticamente permitiu a duplicação do corpo técnico administrativo e docente da UERR.

Em todos os concursos a instituição primou pela transparência e lisura, adjetivos esses que também definem minha gestão à frente da UERR. Para que os Senhores tenham ideia do cenário em que essas coisas aconteceram, é fundamental que se faça um pouquinho de história. A origem da Universidade é do ano de 1977, com a criação da escola de formação de professores. Em seguida, criou-se o SEFAM para dar educação superior para os Professores. E, a partir de então, o Governo do Estado traçou um plano de criação do ensino superior de Roraima, fez vários convênios com instituições nacionais e internacionais, inclusive com a Universidade Camilo Sieno Fuego, em Cuba, onde foram formados 30 mestres em educação superior dos professores que estavam na FESUR.

Nota-se, Excelências, que a realidade dos fatos é diametralmente oposta às alegações feitas pelo Ministério Público, na indigitada ação civil, uma vez que, os servidores cedidos são profissionais com larga experiência em formação de professores, todos com formação compatível ao exercício da docência superior, profundos conhecedores das realidades adversas de Roraima, que com singular espírito desbravador mantiveram a instituição, atendendo a grande maioria dos Municípios e que teriam o direito, pela lei aprovada nesta Casa de optarem para serem redistribuídos para a FESUR, ou para a UERR, dessa forma, tornando-se professores efetivos e resolvendo essa confusão toda. Roraima deve a esses professores,

do Estado e da União, que estão à disposição do Estado, a existência do Ensino Superior Estadual, que teve o seu início em 2001 com a FESUR, contando tão somente com professores chamados hoje apenas, e pejorativamente, de cedidos. Durante 11 anos de trabalho com o ensino superior, já tendo formado mais de dois mil professores para o Estado, hoje questiona-se a capacidade e a legalidade desses formadores. Será que temos que questionar a validade dos diplomas conferidos? Hoje existem professores concursados, os efetivos que foram até alunos e receberam a formação universitária das mãos desses professores questionados. Após esse trabalho hercúleo, decorrido mais de uma década de dedicação e sacrifícios pessoais os professores cedidos se veem transformados de heróis em vilões. Não se reconhece nem mesmo o fato de termos, hoje, professores universitários efetivos concursados, fruto do trabalho extenuante desenvolvido por esses vilões. Será que as criaturas estariam revoltando-se contra seus criadores?

Sigo fazendo uma análise da minha primeira gestão frente à FESUR e à UERR. A FESUR não tinha um único professor efetivo, todos eram cedidos e, essa transformação aconteceu porque ela tinha 81 cargos de confiança, todos ocupados. Para que os Senhores tenham uma ideia das dificuldades à época em que eu era presidente da FESUR, nós tínhamos que transferir os cargos de confiança da FESUR para a UERR. Ora, os cargos da FESUR eram de coordenador de laboratório, de cultura pedagógico; articulação escola comunidade; articulação interdisciplinar etc e, nós tivemos que transformar esses cargos em coordenador de curso de ciências agrárias etc...

Os professores cedidos fizeram surgir a UERR desde o início. Quando eu assumi a FESUR, juntamente com os professores cedidos, trabalhamos e fizemos toda a formação de uma instituição acanhada, com apenas 5 cursos superiores. Hoje, ela se transformou em um gigante com 22 cursos de graduação.

Notem, Excelências, que o primeiro semestre da UERR foi suportado inteiramente pelos quadros e recursos da FESUR, tanto o pessoal, quanto o financeiro, e os recursos humanos eram os professores cedidos, mesmo assim foi possível fazer uma verdadeira revolução, trans formando a instituição em uma universidade.

Com que autoridade, hoje, alguns professores efetivos podem afirmar, inclusive no facebook, que está havendo ameaça do retorno do lixo para a UERR, sugerindo a utilização de creolina, referindo-se a professores cedidos? Por que tanta falta de respeito? Por que tanto ódio? Há que se reverenciar esses verdadeiros heróis e heroínas que tanto lutaram para que esses novos profissionais assumissem a UERR. Por que hoje agem dessa forma desrespeitosa? Ponhamos o atual Reitor de lado, como negar, mesmo discordando de algumas políticas educacionais, as enormes contribuições de professores como Ilma Xaud, Presidente do Conselho Estadual de Educação, a quem compete reconhecer a Universidade como tal, inúmeras vezes Secretária de Educação, Vice-Reitora; professora Nildete, uma batalhadora, membro do Conselho de Estadual de Educação, e há que se ter respeito para com os membros do Conselho Estadual de Educação; professora Leila, e tem gente que não gosta dela, mas ela teve o seu papel importantíssimo, é hoje Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho de Estadual de Educação, que é quem reconhece esses mesmos cursos da UERR; Maria das Neves, Maria Lucimar, Larry, Tony Eferson, Maria das Graças, Ênia Fester, Maria Elena Tejo, Maria Odete, somados a 150 outros profissionais de ensino que construíram a UERR com tanta dedicação. Eu não posso aqui citar todos por causa do tempo. A todos esses abnegados professores, rendo as minhas homenagens e apresento as minhas desculpas, em meu nome em particular e da universidade que represento. O Estado de Roraima há de reconhecer o trabalho desses cidadãos e cidadãs em benefício da Educação Superior do Estado, pois sem eles não existiria a UERR.

Pode-se concluir este tópico, apresentando uma série de encruzilhadas políticas em que se encontra, hoje, a gestão da UERR.

De um lado, as pressões internas de servidores com vínculos efetivos com a UERR que desejam ocupar os diversos cargos de confiança. Hoje, alguns desses cargos são ocupados por indicação política. De outro lado, grande quantidade de solicitações aguardando vagas de cargos de confiança, gerando insatisfação por não atender aos pedidos dos políticos. De um lado, diziam na cidade de Boa Vista que esses concursos públicos eram de cartas marcadas, para regularizar algumas situações específicas. De outro lado, a indignação dos que seriam cartas marcadas por não terem passado no concurso. De um lado, alguns professores cedidos, e a própria secretaria de educação julgava que o Reitor não os reconhecia e perseguia esses professores. De outro lado, o Ministério Público processava o Reitor justamente

por defender essa situação. De um lado, o Tribunal de Contas do Estado exigindo a maior participação dos efetivos nos cargos de confiança, de acordo com a Lei. De um outro lado, políticos aliados ou não, acusando-me de má vontade com relação aos seus indicados. De um lado, o Ministério Público exigindo adequação das dependências da UERR para fazer face às pessoas que têm deficiências. De um outro lado, a impossibilidade de atendimento sem poder contar com a liberação dos recursos financeiros não contingenciados, que se fossem liberados, dariam uma folga tremenda para a universidade.

De um outro lado, a incompreensão de alguns professores efetivos que chegam postar no facebook expressões pejorativas e discriminatórias contra várias etnias indígenas, só pelo fato de terem que enfrentar a viagem até a sede do município de Normandia. Nós estamos falando de uma comunidade indígena, não estamos falando da terra do sol, mas da serra de Normandia, chegando-se a solicitar pagamento de insalubridade para trabalhar em comunidades indígenas. Isso é simplesmente absurdo. É como se, por acaso, os índios tivessem alguma doença que vai pegar na gente. Se tem coisa que pega, são as doenças que nós passamos para eles.

De um lado, a comunidade acadêmica culpando-me pela situação de penúria da UERR, pois falta condições mínimas para o trabalho acadêmico, situação essa que, como pertencente ao Governo do Estado, sistematicamente tenho assumido como único responsável. De um outro lado, o próprio governo, mais especificamente a Secretaria de Educação, divulgando que a precariedade da UERR era consequência da falta de gestão da atual administração.

Apresento a seguir o quadro temporário versus efetivos. Notem que houve uma melhora simplesmente substancial.

Quando assumir, em abril de 2011, havia um terço de efetivos, um terço de cedidos, um terço de temporários. Hoje, nós temos a grande maioria de efetivos.

(demonstração de Vídeo).

Nós temos uma demonstração clara de que fomos atendendo ao que recomenda a Lei.

Sobre o Estatuto da Universidade, inexistência do Conselho Curador, falta de transparência. Ora, o Conselho de Curador estava previsto desde 2007. Passaram-se os anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, não tendo sido criada ação alguma visando a implantação do Conselho. Nota-se que a UERR precisa pertencer a um Conselho, não pertencente à administração, embora eu não concorde com a afirmação de que a inexistência do Conselho seja lesiva ao patrimônio público pela falta de transparência dos gastos, pelos seguintes motivos: o orçamento faz parte do orçamento do Estado, é aprovado por esta Casa e a análise de prestações de contas de forma competente pelo TCE, e são publicados tanto no diário oficial do Estado, quanto no Portal de Transparência do Governo estadual e da própria UERR.

O Estatuto de 2007 previa que a partir da vigência daquele estatuto teríamos 12 meses para fazer o Regimento Geral. A escolha do Reitor, através de eleição, deveria ser feita após três anos. Ora, se tivessem seguido rigorosamente os ditames do Estatuto, o Conselho Universitário, como estava programado, teria aprovado o regimento geral da Universidade em 2008 e, somente após 2011 poder-se-ia realizar as eleições para Reitor. Portanto, as eleições para Reitor já poderiam ser realizadas dependendo da vontade política, mas nada disso aconteceu. Como está programada a aprovação do regimento geral, somente poderiam realizar as eleições de acordo com o Estatuto de 2007, em 2016. Manter o Estatuto de 2007 seria postergar as eleições para Reitor por muito tempo. O novo Estatuto prevê que a eleição seja "até" 2014, e não após. O antigo diz "após", após significa depois de decorrido o prazo. Agora, o novo Estatuto diz até, que pode ser até amanhã.

O Conselho Universitário foi motivo de um inquérito.

Questão de Ordem do Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, requiro a Vossa Excelência, se for possível, que ouça o plenário, que seja cedido mais 10 minutos ao Magnífico Reitor pela brilhante explanação, ao nos relatar coisas que não tínhamos conhecimento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – O mesmo tempo que for dado ao Magnífico Reitor Hamilton Gondim será dado as outras pessoas.

O Magnífico Reitor José Hamilton Gondim da Silva continua – Sobre a composição do Conselho Universitário, havia um inquérito administrativo por improbidade administrativa para fazer valer o Estatuto, porque o Conselho Universitário, quando assumi, em abril de 2011, era completamente desfigurado da composição prevista.

As Câmaras temáticas estavam substituindo ilegalmente o Conselho de ensino e pesquisa. Eu digo ilegalmente porque a lei que criou a universidade diz que a Universidade é administrada pelo

Conselho. As Câmaras temáticas estavam substituindo de forma ilegal o Conselho de ensino, pesquisa e extensão. E, como também nunca foram estabelecidas, não tinham representatividade. Só para se ter uma ideia, o Conselho Universitário era composto por Pró-Reitores, e na verdade, não eram, porque deviam ser os presidentes das câmaras; por 3 representantes do corpo docente e técnico administrativo que eram eternos, porque nunca havia eleições para mudanças; por 5 coordenadores de área que inexplicavelmente pertenciam ao conselho, quando o estatuto dizia que tem que ser 3 representantes dos coordenadores de cursos por área, e colocaram coordenadores de área que não tinham nada a ver, e foram 5. Então, o conselho era completamente desfigurado, por isso havia uma ação no Ministério Público para tornar sem efeito todas as decisões do Conselho. Isso significaria tornar sem efeito todos os concursos públicos autorizados pelo conselho, sem efeito todos os diplomas dados, porque todos os diplomas foram dados por um conselho universitário que não tinha representatividade. Discutimos isso com o Ministério Público que deu ganho de causa a Universidade, reconhecendo que poderiam ser mantidas todas as decisões do Conselho, porque já estavam ocorrendo todos os concursos públicos, estavam havendo as eleições e, por causa disso, validou-se todas as ações do Conselho.

Considerando que a base da universidade são: ensino, pesquisa e extensão, sendo que, atualmente, inexistem dois dos últimos pilares, descaracteriza a Universidade como tal. E me desculpem, mas há uma falta de informação. Possivelmente a falta de informação é por nossa culpa, por não termos divulgado apropriadamente e nem termos mantido Vossas Excelências devidamente informados. Porém, os Senhores têm no trabalho distribuído todas as pesquisas em andamento. São 15 pesquisas financiadas por agências nacionais de fomento, com todas as informações constantes, por isso, eu não vou me estender nisso.

Sobre a extensão, o trabalho não sido exemplar e os Senhores podem ver isso nos documentos. Considerando a falta de espaço físico, contrapondo-se a dois milhões, isso eu faço questão de dizer, é de se perguntar, com tanta carência de recursos financeiros, que tem provocado condições precárias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, como pode essa administração pensar primeiro em construir um prédio para abrigar as atividades burocráticas? Aí tem altas doses de informações. Primeiro, não são dois milhões, são quatro milhões oitocentos e cinquenta e três mil. Segundo, esses recursos são de emendas parlamentares destinadas à SUFRAMA, que assinou convênio com a UERR em 2009, eu não era Reitor. Terceiro, em abril de 2011 já tinha sido realizada a licitação para a construção do prédio da Reitoria que não foi adjudicada por mim. Quarto, eu mantive contato com o Deputado Luciano Castro, o autor da emenda, solicitando mudança do objeto do convênio para construção de prédios para sala de aula, sala de professores, laboratórios e biblioteca, possivelmente no bairro Pintolândia.

Então, eu diria de uma forma bem simples que é importante termos recursos orçamentários, mas mais importante do que o recurso orçamentário, é a liberação. Financeira, esta própria Casa está sofrendo liberação financeira atrasada. Então, se fossem liberados os recursos financeiros, e cito as despesas extras que a universidade teve neste último tempo, a situação da universidade realmente não seria tão precária, principalmente em termos financeiros, porque financeiramente os recursos não contingenciados não foram liberados a tempo. Todo o contingenciado foi liberado, o que dá para pagar o mês de janeiro de nossas atividades. De janeiro até hoje, nós temos feito mágica, pagando com os recursos extras de concursos públicos. Eu pergunto, com todas essas dificuldades como exigir, satisfação da comunidade acadêmica? Como debitar tudo isso a problema de gestão financeira? Os senhores têm em mãos esse documento que eu espero que leiam e possam comentar. Muito obrigado!

A Senhora Representante do Corpo Discente da UERR (Luana Carvalho de Oliveira) – Bom-dia a todos. Excelentíssimos Senhores Deputados; Magnífico Reitor; Ilustríssimos Professores, Técnicos e Acadêmicos. Eu estou contente em unir-me com vocês no dia de hoje para tratarmos de um assunto de suma importância. A Universidade Estadual de Roraima foi criada pela Lei Complementar nº 91, de 10/11/2005, e só em 13/07/2006 foi instituída. Ela veio como um grande farol de esperança para milhares de roraimenses, como um alvar de esperança a mais para um futuro digno, ao menos foi assim para mim. A missão da nossa universidade é proporcionar à sociedade roraimense, mecanismos técnicos, científicos e culturais, que possam contribuir para a formação integral do indivíduo, para o crescimento econômico social do Estado, atuando como forma transformadora das desigualdades sociais e regionais. A visão da universidade torna-se referência no

ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como instituição de educação superior capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima. Mas, após seis anos, a metade de uma década, o que vemos e o que vivenciamos é uma universidade preocupada apenas em crescer de forma quantitativa, sem se preocupar com a qualidade. Sendo assim, hoje vou lhes mostrar as vergonhosas condições, nas quais a UERR tem feito o ensino superior. Essas são imagens do Campus de Nova Colina, da universidade. Após seis anos, a UERR ainda usa salas improvisadas. E, como a missão da universidade é transformar as desigualdades sociais, ali pus o exemplo do Campus de Lábrea, no Amazonas. Dois anos após o surgimento da UEA, ela implanta no Município de Lábrea que fica a 855 quilômetros de distância da capital Manaus, oito horas e vinte e quatro minutos, incluindo a travessia de balsa, um centro de estudo superior, enquanto a UERR, após seis anos, ainda tem salas improvisadas. Essa diferença existe também dentro do Estado, o Campus de Mucajaí ainda está em construção ou simplesmente abandonado. O Campus de São João da Baliza mostra a diferença entre os dois Campus, é que Caracará tem um Campus que foi recém inaugurado, mas que já está com várias avarias e infiltrações. Em Rorainópolis, as condições são menos favoráveis, possui um mictório mal cuidado e um laboratório sem grandes equipamentos. Temos um pequeno laboratório de biologia e um espaço do laboratório de química, mas que não têm os equipamentos necessários para seu funcionamento. Há também, uma sala que é usada como laboratório para o curso de enfermagem, todos sem equipamentos de segurança básica para o funcionamento. Essas são as condições em que se encontram os laboratórios das Universidades do interior do Estado, não dá nem para pensar em pesquisas. A UERR não apresenta uma estrutura física satisfatória para que seja possível desenvolver o ensino ou a pesquisa, os nossos professores não têm sala para nos receber fora do horário da aula, é como se quisessem nos induzir a pensar que o ensino superior é apenas a sala de aula, professor e alunos não precisam permanecer na instituição para desenvolver pesquisas. Nós, acadêmicos, não temos um espaço cultural, não temos um espaço de convivência, não temos um restaurante universitário, temos apenas a sala de aula. Eu vos pergunto: é isso que é um ensino superior? Que tipo de profissional a Instituição deseja formar? O Estado de Roraima é realmente tão insignificante que não mereça receber profissionais de qualidade formados aqui, em sua universidade? Eu lhes digo que não. Educação é uma condição fundamental para que o indivíduo desenvolva as suas capacidades produtivas e, sobretudo, a cidadania. É hora de pensarmos que o ensino superior deve cumprir sua função social que é buscar a inserção na formação da sociedade de forma abrangente e, ao mesmo tempo, pontual, criando mecanismos que possam garantir a ligação entre o conhecimento produzido pela instituição de ensino e aquele que a sociedade realmente necessita. Numa relação básica, a sociedade desenvolve o conhecimento por meio do ensino, que é aprimorado por meio da pesquisa e difundido pela extensão. Essa façanha só será alcançada quando a Universidade superar o paradigma do ensino reprodutivo e se envolver de forma integrada e inovadora como forma de produzir o conhecimento e aplicá-los no cotidiano social. Segundo a LDB nº 9394/96, a educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua, incentivando o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e da criação de difusão da cultura, promovendo a extensão, aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação, da cultura e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição. O ensino superior de qualidade tem a importante missão de promover o desenvolvimento do País, bem como das pessoas que nele vivem. Pesquisa, ensino e extensão são as funções básicas de uma Universidade comprometida com a formação integral do indivíduo e sua inserção na comunidade. Esses três papéis centrais devem ser equivalentes, praticados no mesmo patamar de importância para que não seja violado o preceito institucional. A Constituição Federal evidencia no artigo nº 207, a institucionalidade do ensino, da pesquisa e extensão da universidade, para que o ensino não se estabeleça apenas na graduação e a pesquisa na pós-graduação. A figura do professor cada vez mais se acentua na necessidade de um pesquisador e não somente na figura de um docente, um profissional dotado de habilidades para investigação e absorção dos resultados da pesquisa com condições de formar alunos qualificados. O ensino depende da pesquisa para sustentá-lo e aprimorá-lo. Ele também precisa da extensão para fazê-lo chegar

até a comunidade e torná-lo aplicado. Portanto, a integração entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental para que a Universidade cumpra o seu papel perante a sociedade. É preciso organização ímpar nesse momento onde cada um faz a sua parte de forma íntegra, harmônica e competente, uma organização que envolva todas as ações desenvolvidas, inter-relacionadas, indissociando-as com professores e alunos envolvidos, envolvimento esse que tem caráter de intervenção e aqui, ressalto a importância das aptidões que fazem dos alunos pessoas prontas para gerar benefícios que sejam significativos para a sociedade. Saber que a Universidade acontece pública e promove, mas muitas vezes, assemelha-se a uma gaiola de papagaios onde o som natural é perceptivo, entretanto o entendimento é impossível. É necessária uma profunda percepção e uma tomada de iniciativas urgentes para que ainda haja tempo de termos um ensino verdadeiramente de nível superior. E, é preciso ainda, uma gestão colaborativa, cooperativa, que congregue esforços, tornando as ações fortes, não para responder ao mecanismo federal de fiscalização, mas para garantir a função social que se espera de uma universidade. Era isso. Obrigada.

O Senhor Professor Mestre em Sociologia, representante do Corpo Docente (Francisco das Chagas da Silva) – Bom-dia a todos. Certamente que nós não gostaríamos de estar aqui, mas já que estamos, é porque existem motivos muito reais e concretos para essa reunião, pelo menos da nossa parte. Nós gostaríamos de estar pesquisando, estudando, dando aula, fazendo a nossa parte profissional, no entanto, esses grandes, graves e antigos problemas existentes na UERR nos levam a deixarmos as nossas atividades para nos dedicarmos a solucionar problemas que a administração não resolveu até hoje. Devemos partir de alguns princípios básicos para não cairmos naquela discussão de pontos de vista. Então, partindo do ponto de vista de que ser professor não é exercer qualquer atividade, pois é uma profissão e, enquanto profissão, devem existir condições adequadas para que desempenhe a sua função e, a instituição que o emprega, deve dispor dessas condições adequadas, sabemos que isso não se resolve apenas com discurso, mas com condições adequadas reais, práticas e, geralmente, muitas vezes, não é o que acontece na UERR. Não vamos cair no discurso que sai pela tangente, pois como disse um grande pensador, “a roda da história não gira para trás, gira para frente”. Nós somos professores Universitários, estudantes e técnicos administrativos, defendemos a UERR, queremos que seja uma Universidade de verdade, e trabalhamos e lutamos com convicção para isso, mesmo devido às condições técnicas e científicas. Obrigada!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, nós tivemos a ideia, juntamente com Vossa Excelência, de fazer esta Audiência. Queríamos propostas, que nos fosse dado a propositura para construirmos. Percebi que na fala do último professor, ele não conseguiu discriminar todos os itens. Então, gostaria que deixasse o material para fazermos um documento final e encaminharmos ao Reitor.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Só a título de informação, foi dado ao Reitor 30 minutos, mais 18 minutos. Eu entendi o que Vossa Excelência quis dizer.

Gostaria que as perguntas que estão sendo feitas pelo plenário fossem direcionadas às pessoas.

Professor João José da Costa Silva – Representante do Conselho Universidade – Bom-dia aos Ilustres Deputados, Magnífico Reitor, caros colegas e acadêmicos.

Eu trabalho em Rorainópolis e estou aqui com a proposta de mostrar a realidade do Campus de Rorainópolis e apresentar uma alternativa que eu acredito que vai ter um grande impacto no desenvolvimento da economia do Estado. Aqui, temos algumas fotos que mostram a fachada do Campus de Rorainópolis. Ressalto que a estrutura foi herdada do Instituto Superior de Educação de Rorainópolis e, diga-se de passagem, é uma estrutura modesta, mas com um estado de conservação razoável. Em outras imagens, mostro a vocês o local onde fica a biblioteca, as salas de aula, os banheiros, os alojamentos para professores, o auditório. E agora, vou apresentar como está a real situação do campus. Hoje, ele oferta 10 cursos. O curso de Administração funciona em Rorainópolis e na Vila Nova Colina, nas condições apresentadas pela acadêmica Luana. O Curso de Agronomia funciona em Rorainópolis, bem como Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal. Letras e Literatura funciona em Rorainópolis e em Nova Colina, bem como Letras - Língua Espanhola e Sociologia. Ainda temos alguns alunos remanescentes de Pedagogia e Filosofia. Enfim, são 10 cursos com 600 acadêmicos. Temos 27 professores mestres e doutores que trabalham atualmente no Campus

de Rorainópolis, desses, 19 são lotados exclusivamente no Campus de Rorainópolis. Eles fazem todas as suas atividades de ensino, porque pesquisa e extensão fica complicado no Campus de Rorainópolis. Um dos problemas enfrentados é a centralização no Campus de Boa Vista. Vejam um exemplo de uma sala de aula; as salas já são reduzidas e queimou a central de ar. A manutenção é semestral e os alunos têm que ficar trocando de sala para tentar contornar esse problema. Aqui é a biblioteca; um Campus, na segunda maior cidade do Estado, tem 10 cursos, 600 acadêmicos e uma biblioteca com quatro prateleiras de livros, cujos livros são antigos, com poucos exemplares e que não atendem bem nenhum dos cursos ofertados no Campus. Aqui é o banheiro, que estava com sacos pretos. Vocês viram na foto anterior, retiraram, mas foi junto o bidê porque, infelizmente, não há nenhum tipo de manutenção dessa ordem. Os recursos são centralizados e quando chegam, algumas rubricas não contemplam essas necessidades básicas. Aqui é o laboratório de informática que, recentemente, recebeu quinze computadores novos. Informo que esses computadores já atenderam a uma certa demanda dos acadêmicos. Mas, o grande problema não é o número de computadores. Hoje, vivemos num mundo globalizado, e nós não temos Internet. Temos uma antena, que é uma parceria com a prefeitura, onde são disponibilizados apenas seis pontos de Internet que não são de acesso dos acadêmicos; somente dos professores, da biblioteca e da administração do Campus. Aí é o laboratório de química, onde não há nenhum equipamento necessário para desenvolver atividades de pesquisa nessa área. O auditório tem um espaço razoável. Inclusive, boa parte da população de Rorainópolis usa esse auditório para outras atividades. Mas, essas cadeiras que estão aí, são fruto de um projeto da UNIVIR. Elas estão lá, mas podem ser retiradas a qualquer momento. O estacionamento, quando chove fica intragável. Atualmente, está previsto no processo seletivo da UERR uma cota para acadêmicos portadores de necessidades especiais, no Campus não oferece nenhuma acessibilidade. Vocês puderam constatar isso pelas fotos do estacionamento, da fachada na primeira foto e no banheiro. Então, percebam pelo tamanho da cidade, pela representação que o município de Rorainópolis tem para o Estado, por ser a porta de entrada do Estado, que essa estrutura precisa ter readequada. Nesse sentido, a Universidade Estadual tem uma área que está em processo no Incra, com uma área experimental, de 2.928 hectares. Aquela linha preta à esquerda, superior a BR-174, é uma área grande a cinco quilômetros da principal rodovia do Estado.

Eu sou engenheiro agrônomo de formação e acredito que a implementação dessa área e a reestruturação do Campus de Rorainópolis, já nessa área, seria um divisor de águas para o Estado, seria o limite da linha da pobreza rural e o desenvolvimento econômico da agricultura naquela região. Então, eu peço sensibilidade. Certamente, a implementação de uma área desse tamanho, onde você tem acesso, não precisa de barco ou de avião, pois o acesso é muito fácil, vai trazer um impacto para a Universidade, mas os resultados gerados a partir da implementação dessa área no desenvolvimento da agricultura, não tenho dúvida que será um resultado sem precedentes. Além disso, poderemos trabalhar também com Zootecnia, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca, que são cursos que não são oferecidos pela Universidade. E, por um interesse ou outro, pegam cursos e saem pulverizando esses cursos pelo Estado. Então, numa área desse tamanho, com essa representatividade e com esse potencial, poderia ser feito um centro de pesquisa em Ciências Agrárias. Muito obrigado.

Professor André Augusto da Fonseca – Bom dia a todos. Agradecemos a oportunidade de estar aqui. São cinco professores e duas alunas falando em nome da comunidade acadêmica junto com o Senhor Reitor. Em primeiro lugar, vamos desarmar os ânimos. Como todos sabem, essa audiência foi aprovada por unanimidade, porque os Deputados da situação entenderam que a causa da Educação Superior Pública é de interesse geral e suprapartidária. Não pretendo esconder diferenças políticas, mas aqui no plenário estão presentes alunos, professores e técnicos administrativos que votam no Governo; outros que votam na oposição e outros que não votam. A causa é do povo de Roraima, não é de um partido ou de outro. A UERR é patrimônio do povo de Roraima e tem um papel grandioso a cumprir para seu desenvolvimento. Nossas questões não são pessoais. Não vemos o Reitor Amilton Gondim como inimigo. Nós sabemos reconhecer avanços, apesar das diferenças. O discurso de vitimização de cedidos ou concursados que tenta jogar um contra o outro não tem sentido. Isso já foi superado. Nós apoiamos os grandes concursos promovidos na gestão deste Reitor. Foram grandes concursos; 150 professores concursados, um número grande de professores técnicos

administrativos. Conseguimos as eleições para coordenação de cursos e outros colegiados. E, diga-se de passagem que a democracia transparente que está começando a surgir na UERR já melhorou muito a questão dos cursos. Nós sentimos a diferença. A participação de um representante eleito docente, embora seja um número muito pequeno dentro do Conselho universitário com professores eleitos para representar os docentes, já melhorou a qualidade dessas decisões. Nossas reivindicações não são frutos de questões pessoais, mas de questões estruturais. Nossos adversários são velhos hábitos, com a improvisação, a falta de transparência, a cultura verticalizada, os conselhos chapa branca. Esses são nossos adversários.

Na medida em que o Reitor ou outras pessoas lutem ou tomem medidas contra esses velhos hábitos, nós apoiamos. Mas quando as medidas reforçam esses velhos hábitos, nós protestamos. Nossa luta é pelo interesse público. Temos tido um excelente diálogo com o Israel Ramos, Pró-Reitor Financeiro, com a Ivanize Risat, Pró-Reitora de pesquisa, integrante da administração superior. Está superado o discurso de que concursados não queiram atender o interior. O que acontecia antes das eleições de coordenador era algumas pessoas, independente de serem efetivas ou não, de forma não transparente ficarem só em Boa Vista, enquanto outros professores tinham que dar aula em três ou quatro municípios. Isso está relacionado aos alunos indígenas? Claro que não. Alguns professores adoram trabalhar nas áreas indígenas, mas queriam ter estrutura. Muitos professores de engenharia florestal ou agronomia, como o professor João, perguntem a eles, estão tristes por lecionar no sul do Estado? Não. Eu fui dar aula em São João da Baliza, em janeiro, e verifiquei que os professores de Engenharia Florestal trouxeram a família, os sogros, as esposas, os filhos. Eles confiaram na UERR, confiaram que o Estado de Roraima daria a eles, condições de trabalho. Perguntem a professora Elionete se ela quer abandonar seus projetos de pesquisa em Caracará.

Eu vou ler rapidamente um ofício rotineiro para ilustrar, para dar uma cor local ao que está acontecendo na UERR.

O colegiado do curso de Serviço Social encaminhou esse ofício à administração superior. "O colegiado do curso não é contrário à continuidade ou abertura de novos cursos de Serviço Social em Boa Vista. Mas entende que tal decisão precisa ser tomada de forma consciente e planejada, considerando as particularidades do curso. O curso de Serviço Social da UERR, que funciona no Campus de Boa Vista, está em processo de organização e consolidação. O curso foi bem avaliado no ENAD, obtendo nota cinco, mas muito precisa ser melhorado. Precisamos desenvolver pesquisa e extensão. Este é o momento para qualificar esse curso. Sua expansão para o interior neste momento seria prejudicial a essa organização e prejudicial as disciplinas dos estágios supervisionados 1, 2 e 3. Abrir uma turma no turno da manhã impossibilitaria o estágio. Quase todas as instituições sociais funcionam de sete às treze horas.

Ainda sobre a abertura do curso no interior, lembramos que a experiência pouco exitosa do curso de Serviço Social em Mucajaí, onde foram realizados duas ofertas de turmas no curso noturno, com 80 alunos matriculados, sendo que a maioria deles residia em Boa Vista, ou seja, abrimos cursos de Serviço Social em Mucajaí para alunos de Boa Vista. Não há sentido nisso. Os alunos se deslocavam em carros próprios ou vans para irem assistir as aulas com péssimas e precárias condições de trabalho dos docentes. Salas de aulas com goteiras, sem climatização, ar-condicionado quebrado, falta constante de energia elétrica, falta de equipamento multimídia, ausência de biblioteca, inadequada sala de professores, ausência de condições para orientação de TCC. Resultado: evasão acadêmica, reiteradas reprovações, trancamento de disciplinas e menos de 15 alunos formados em seis anos no curso de Serviço Social em Mucajaí. Isso é desperdício de dinheiro público devido à falta de planejamento, falta de análise e viabilidade para abertura do curso.

Hoje, o curso de Serviço Social está com 143 alunos matriculados. E, se fora aberta outras duas turmas, serão mais 80 alunos, totalizando 223 alunos para quatro professores. Não é razoável imaginar que cada professor orientando 25 TCC, vai resultar numa boa qualidade de pesquisa. Atualmente, existem dois projetos de pesquisa coordenados e desenvolvidos por professores efetivos do curso de Serviço Social da UERR; e por dois bolsistas de Iniciação Científica. O que eu pergunto aos Senhores é: esse ofício é de pessoas que colocam interesses pessoais ou interesse público em primeiro lugar? Deixo o julgamento aqui para os Senhores Deputados e presentes.

Daqui a pouco vou pegar uma VAN para lecionar em Alto Alegre, para onde eu vou todas as quartas-feiras, e tenho aula à tarde

inteira. Eu vou com alegria para lá, mas queria que houvesse planejamento, biblioteca, energia elétrica regular, que houvesse uma demanda do curso, porque dos 40 alunos, apenas 4 disseram para mim que queriam realmente fazer História; os demais queriam outros cursos. Então, podemos sair daqui com a comunidade sabendo que a Assembleia Legislativa vai olhar para a UERR e vai oferecer condições para que possamos ter esperança para o ano que vem de um aumento no orçamento da UERR para viabilizá-la. O Israel já encaminhou para o Gabinete da Casa Civil a análise de impacto financeiro de um escalonamento para professores e servidores que daria quatro milhões, assim como o da UERR e de outros que daria sete milhões. Acho que tem que ser analisado o aumento no reforço do orçamento da UERR para infraestrutura. Obrigado

Professor Gladson Paulo Milhomens Fonseca – Bom-dia, Senhoras e Senhores. Essa é a aula da manhã. Aula pública sobre as questões fundamentais para o funcionamento da Universidade Estadual de Roraima: Eleições diretas para reitoria, diretores de Campus e coordenadores de áreas e de cursos, a partir de uma gestão autônoma. Eu vou ler um texto, que foi preparado para resumir em síntese essas ideias. Quero deixar claro a todos aqui, tais ideias.

No exercício democrático de direito inalienável, com os avanços da Constituição de 1988, o povo brasileiro conquistou o direito civil imprescindível para promover reformas essenciais. Entendemos que a UERR é uma instituição chave para consolidar o desenvolvimento da região amazônica por sua proposta institucional. A Universidade Estadual de Roraima necessita agora colocar em prática as normativas legais previstas em seu Estatuto e, dessa forma, elencamos a importância da gestão democrática sem inviolabilidade. Assim, a SINDUER (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima) vem exigir autonomia necessária para levar adiante suas reformas políticas essenciais previstas em seu Estatuto. Entendemos também que tudo isso está amparado com data da programação em seu Estatuto, 24 de 2007, do Decreto nº 7628, de 16/01/2007, no Diário Oficial do Estado. Entendemos também que esse mesmo decreto está amparado pela Constituição Federal, capítulo 7, que trata da administração pública, no artigo 37. Seguindo as prerrogativas de sua criação, no artigo primeiro da Lei Complementar nº 91, de 10/11/2005, que a define como fundação pública de Regime Jurídico dos Direitos Privados, vinculada à Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos.

Vou ler agora uma base das reivindicações de uma carta que foi entregue ao Ministério Público do Estado de Roraima no dia 25/07/2012. Artigo nono, Inciso três. É Dever do Estado garantir recursos para manter a instituição. Quinto: Gestão Democrática e Colegiado. Artigo dez: Planejamento da instituição democrática. A abertura de cursos e as ofertas de vagas no vestibular não respeitam esse princípio, uma vez que, os colegiados de curso não são consultados e respeitados. Exigimos que os vestibulares sejam decididos pelas coordenações e que sejam anual, como nas outras instituições.

Artigo 12: Órgãos da Administração Superior. Inciso dois: O Conselho curador nunca foi apurado. Acabou de ocorrer uma eleição, fruto dessas lutas. Artigo 13: O Conuni é composto de colegiado pleno, as câmaras temáticas não existem. Exigimos a sua criação. Artigo 14: Composição do Colegiado Pleno pelo Conuni. O estatuto prevê um representante dos coordenadores de cursos por área. Isto não é praticado hoje, uma vez que o que se tem é a presença do coordenador de área, indicado pelo Reitor. O estatuto prevê um representante de cada câmara temática superior. Isso não é praticado hoje, uma vez que o que se tem é a presença dos pró-reitores, indicados pelo Reitor, contrariando o estatuto. Exigimos o seu cumprimento. Artigo 5º: Atribuições do Conuni: Prestação de contas anual. Nunca foi feito. Exigimos a prestação de contas. Artigo 16: Câmaras Superiores: Não existem. Também exigimos a sua criação. Artigo 17: Composição das Câmaras Superiores: também não existem. Exigimos a sua criação. Conselho Curador: não existe. Entretanto, faço um adendo, acabou de ocorrer a eleição, mas aguardamos o resultado. Até o momento, não há informação também. Artigo 24: Atribuições do Conselho Curador. Essas atribuições ainda estão em fase de implantação e criação. Até o momento dessa carta, não existiam. Artigo 27: Eleição e Mandato de Reitor e Vice-Reitor: nunca foi cumprido. O próprio estatuto prevê eleições. Artigo 32: Parágrafo 2º – A designação do diretor de Campus será precedida de eleição. Nunca houve eleição para esse cargo. Artigo 35: os cursos, enquanto unidades acadêmicas, com funções deliberativas em seu âmbito com decisões do colegiado. No entanto, os colegiados tem sido sistematicamente desrespeitados. Artigo

35 - Inciso cinco: o curso deve ter coordenador acadêmico, no caso de curso com turmas em vários Campus. Parágrafo 3º: Coordenadores de cursos e acadêmicos devem ser eleitos. Nunca houve efetivamente eleições de acordo com as proposições igualitárias. Havendo cursos ou curso em que não ocorreu eleição direta para coordenador. Artigo 36: Colegiado de Cursos. Nada do que se refere ao artigo 36 está sendo cumprido. Os colegiados devem ser autônomos e decidirem sobre critérios de abertura de novas turmas. Artigo 37- Atribuições do Colegiado: distribuição de encargo de ensino, pesquisa e extensão. Não são respeitadas as decisões dos colegiados de cursos no que se refere à lotação dos docentes em diversos cursos, a Constituição em legitimidade do colegiado. Artigo 38: Das Decisões do Colegiado: Só caberia recursos às câmaras temáticas superiores. No entanto, essas decisões têm sido derrubadas de maneira arbitrária por decisões monocráticas na pró-reitoria de ensino e na violação do estatuto. Exigimos imediata estruturação das câmaras temáticas. Artigo 81: Prazo de aprovação do Regimento Geral. Pelo Artigo 81 a UERR teria o prazo máximo de 12 meses para aprovar o seu regimento geral do Conuni, a contar da data de publicação do Estatuto no Diário Oficial. O Artigo 83 e 85 também seguem e mesma deliberação de reivindicações da carta protocolada ao Ministério Público em julho de 2012. Obrigado, Senhoras e Senhores, alunos, colegas da Mesa, Deputados presentes.

A Senhora Representante do SINDUER, Professora Maria José dos Santos – Bom-dia. Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à aprovação dessa audiência pública na Assembleia Legislativa, e de falar para o Senhor Reitor que o nosso objetivo aqui não é discutir particularidades, nem desvirtuar o nosso foco com essa audiência, que é discutir o orçamento da Universidade e não questões particulares entre ele e alguns professores da Universidade.

Eu quero iniciar, citando uma frase do Professor Francisco Mariaga, quando ele fala que o papel da Universidade é fazer ciência, mas além de fazer ciência, é papel da Universidade contribuir para a democratização do conhecimento. É isso que nós viemos buscar hoje, vimos pedir apoio, Senhores Deputados, para a situação precária da Universidade Estadual, apresentada pelos colegas. O orçamento da Universidade precisa ser revisto. E nós estamos aqui, para pedir a contribuição de vocês, a sensibilização de vocês quanto ao orçamento da Universidade que foi de 26,7 milhões, sendo que este total não foi repassado. Então, nós temos um problema grave de orçamento na Universidade e temos também um problema grave de gestão na Universidade. O gestor da Universidade não vem tendo seriedade com o orçamento da Universidade. Esse orçamento precisa ser discutido de forma participativa. Por mais inteligente e capacitado que o Reitor seja, ele pode receber contribuições dos professores da Universidade. A prova de que várias pessoas pensando juntas, funciona mais, é a existência da Assembleia Legislativa, que só existe porque existem os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Então, o que nós estamos pedindo aqui, são essas duas coisas: orçamento e gestão participativa. Vinte e seis milhões de reais pode ser pouco, mas se fosse distribuído com prioridade para a compra de livros, equipamento dos laboratórios, nós teríamos uma UERR, hoje, bem melhor do que essa que foi apresentada aqui com esse mesmo orçamento. Disso eu tenho absoluta certeza.

Outra questão é a centralização do poder. Nós temos uma gestão centralizadora de poder, onde as decisões são verticalizadas. Não existe autonomia na Universidade, que é o espaço da autonomia. A centralização é tão grande que eu posso dar como exemplo para os Senhores a requisição de xerox. Uma requisição de xerox que custa nove centavos, precisa passar pelo gabinete do Reitor. Uma informação só do Sindicato, no site da Universidade, que é pago com o dinheiro público, não pode ser colocada porque o Reitor não autoriza. Um cartaz na Universidade não pode ser afinado porque o Reitor não autoriza. Uma lotação de professor tem que ser vista por ele antes de ser publicada, porque ele precisa dizer o que acha daquela lotação, que já foi discutida pelos professores, pelo colegiado e pela pró-reitoria de ensino, mas tem que passar pela reitoria também. Isso parece, para quem não conhece, uma preocupação com o orçamento, mas não é. Essa reitoria acaba de pagar novamente o contrato para os registros acadêmicos no valor de 250 mil reais, sabendo que esse contrato já foi pago pela gestão anterior e não foi executado. É uma gestão que define as diárias de quem vai viajar, para técnicos que não são da Universidade, que inclusive não estão mais na Universidade, com passagens e diárias.

Eu trouxe um relatório das diárias do Reitor durante esse ano, que eu vou entregar para os Senhores Deputados, mostrando todas as viagens para Brasília e para Fortaleza pagas com dinheiro público. Eu

queria ver o relatório dessas viagens. Qual o interesse de discutir com parlamentares, sendo que na Universidade os convênios são todos da gestão anterior. A Universidade precisava participar de reuniões em Brasília em períodos em que a Universidade estava em greve? Ao invés disso, poderia discutir com os Deputados Estaduais, conversar com eles sobre a situação da Universidade, ao invés de gastar o dinheiro público com diárias e passagens para Brasília. Isso está publicado no Diário Oficial. Os Senhores Deputados vão receber a cópia. Os senhores têm aí vários documentos entregues por nós. Nós temos uma tabela de distribuição do orçamento, onde a menor parcela do orçamento da Universidade vai para a pesquisa e a maior parcela vai para a manutenção da Universidade, sendo que a Universidade possui quatro prédios próprios, os demais prédios são todos das escolas onde os cursos funcionam. Há uma expansão desordenada da Universidade, pois qual a lógica de você criar cinco cursos de Contabilidade em cinco Municípios diferentes, criar um curso de Contabilidade no Município de Nova Colina? Nós não temos nenhum problema em dar aula no interior, agora nós precisamos que a Universidade pense por polos, como uma proposta que já foi discutida na Universidade, onde foram construídos prédios: É preciso centralizar os cursos da UERR para termos mais qualidade para a Universidade e revermos a gestão e o orçamento.

Aqui nós temos a quantidade de alunos da universidade. Em 2006 eram 3.021 alunos. Em 2012 já são 4.297 alunos. Gostaria de perguntar aos Senhores Deputados se foi feita alguma projeção pela gestão e apresentada à Assembleia Legislativa antes de publicar os vestibulares da universidade.

No Orçamento da UERR de 2011, nós temos para a manutenção dos serviços de transportes 3,4 milhões, enquanto nós temos para pesquisa e produção científica docente e discente 0,29% do orçamento, ou seja, 76 mil reais somente. Isso não depende somente do orçamento, porque o orçamento que a Assembleia aprovou poderia ter sido melhor utilizado na Universidade.

Por que os serviços de transporte da Universidade são tão caros? Porque temos vilas e núcleos espalhados por todo o Estado de Roraima. Quanto se gasta com essas salas descentralizadas, localizadas na Vila Surumú, na vila Félix Pinto, no Contão, depois da Universidade ter construído o Campus? Esses valores é preciso a participação dos professores quanto à distribuição do orçamento. Os alunos estão reivindicando livros, laboratórios há anos na Universidade. Quando isso foi atendido por algum gestor da Universidade? Quando esse orçamento foi colocado numa plenária para se discutir com a comunidade acadêmica? Nunca foi feito. Então, falar de orçamento era sempre um tabu na Universidade. O discurso recorrente do Reitor é que ele não poderia fazer porque não tinha orçamento, mas hoje, após estudos feitos pelo sindicato, foi constatado que o problema da UERR não é só de orçamento e sim de gestão. Muito obrigada.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Neste momento passamos a palavra ao Deputado Mecias de Jesus pelo tempo de cinco minutos.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, quero agradecer a Vossa Excelência e cumprimentar a todos que fazem parte da nossa Universidade do Estado de Roraima, bem como cumprimentar o professor Hamilton Gondim. Quero fazer uma colocação aqui, que talvez possa não agradar algumas pessoas, mas, de posse do documento encaminhado pelo Professor Hamilton Gondim, vou ler alguns trechos: “Pode-se concluir este tópico, apresentada uma série de encruzilhadas e armadilhas políticas que se encontra hoje a UERR, que de um lado há as pressões internas de servidores com vínculo efetivo que desejam ocupar diversos cargos de confiança. Hoje, alguns ocupados por indicação política. Por outro lado, grande quantidade de solicitações aguardando vagas de cargos de confiança, gerando insatisfação por não atender os pedidos dos políticos”. Continuando, no item 4 diz: “De um lado o TCE exigindo maior participação dos efetivos nos cargos de confiança de acordo com a lei. Por outro lado, políticos aliados ou não, acusando-me de má vontade com relação a seus indicados”. Mais à frente ele diz: “De um lado a comunidade acadêmica culpando-me pela situação de penúria da UERR, como a falta de condições mínimas para o trabalho acadêmico, situação essa que como pertencente ao Governo do Estado sistematicamente tenho assumido como único responsável. De outro lado, o próprio Governo, mais especificamente a Secretaria de Educação, divulgando que a precariedade da UERR era consequência da falta de gestão da atual administração”. Essas são palavras do Professor Hamilton Gondim, dizendo que sofre pressões políticas, inclusive, do Governo do Estado e que está assumindo a culpa sozinho, quando na realidade a culpa não é só dele.

Eu queria me posicionar aqui pelo que eu ouvi aqui de todos que falaram e pelo documento apresentado pelo Professor Gondim a

quem eu reputo e tenho uma admiração pessoal, quero dizer, professor, que o Senhor não precisa passar por isso. Pois, no meu entendimento, a questão da UERR é de orçamento, gestão e participação. O orçamento é pequeno e a gestão é feita de forma aleatória, sem levar em consideração as reais necessidades da Universidade do Estado de Roraima. Eu vi aqui, professores dizerem que querem o mínimo necessário para poderem se deslocar. E, eu conheço vários professores que se deslocam para vários lugares do Estado e, não vi nenhum deles reclamando por estarem indo para o interior, muito pelo contrário, eles reclamam apenas de não terem como prestar um serviço melhor por falta de condições financeira da universidade.

Eu queria sugerir ao professor Hamilton Gondim que renuncie ao cargo de Reitor, porque falando de cargos políticos, Vossa Excelência também foi indicado politicamente. E, eu gostaria de sugerir a Assembleia Legislativa, através da Liderança do Governo, através do Presidente, que solicitasse ao Governador que fizesse na UERR o que é feito em toda grande Universidade, dar autonomia para que fosse feita a eleição do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade Estadual. Essa é a minha sugestão, deixando claro que eu tenho muita consideração pelo professor Hamilton Gondim, inclusive, votei a favor da sua nomeação. Mas, eu acho que está na hora, da Assembleia Legislativa abrir mão de votar, de escolher, porque aqui também são feitas escolhas políticas, e de nomear. É preciso que os professores e alunos escolham quem tem mais apego e apreço para com a Universidade.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de cumprimentar o magnífico Reitor da UERR, professor Hamilton Gondim, o corpo docente da UERR e o corpo discente de forma muito especial. Eu acho, Senhores Deputados, que os pensamentos se coadunam muito particularmente nessa questão. O Deputado Mecias leu algumas coisas do relatório do professor, enviado a esta Casa e, eu queria me reportar a algumas coisas que o Professor Hamilton Gondim colocou no seu relatório nas páginas 38 e 39. Ele diz aqui, textualmente: “Como manter uma universidade trabalhando plena e eficientemente, com a comunidade acadêmica acomodada e satisfeita, se as condições podem ser assim resumidas: Item 1: salários relativamente baixos, o que acarreta evasão de professores em virtude de outros concursos mais atrativos e a opção de professores cedidos permanecerem na condição de professor do ensino fundamental e médio. Item 2: O atraso nos salários dos servidores; as condições físicas inadequadas tanto na capital como no interior. Item 4: Os novos servidores concursados veem os cargos comissionados ocupados por pessoas em quantidade superior ao permitido por lei, que algumas vezes não têm qualificação adequada e nem dedicação ao trabalho, minimamente condizente com o cargo. Item 5: Falta de livros essenciais nas bibliotecas. Item 6: flata de equipamentos mínimos nos diversos laboratórios. Item 7: Inadequação das dependências da UERR para receber os portadores de necessidades especiais, conforme acusa o Ministério Público”. Essas são palavras do Reitor, por isso que eu acho que os pensamentos se coadunam. Os professores têm razão, o Reitor tem razão, as lamentações dos alunos também se fazem pertinentes em relação às questões da UERR e, a ingerência política, pois infelizmente desse mal não é só Vossas Excelências que irão padecer e que padecem ainda nesse País e muito menos o nosso Estado. O loteamento político em instituições que deveriam ser extremamente técnicas, como é o caso da UERR, do ITERAIMA, da FEMARH e em outros órgãos do Estado, é uma prática corriqueira e, não é privilégio somente de Roraima. É preciso nós, políticos, acabarmos com essa prática de fazermos indicações políticas, principalmente para instituições de ensino e órgãos que deveriam ser extremamente técnicos. É culpa também desta Casa parte dessa situação que está sendo vivida hoje pela Universidade Estadual de Roraima. E onde está a sensibilidade do Poder Executivo que deveria ver essas questões de forma diferente, que deveria observar essas questões como assunto de Estado, de gestão, porque quem gerencia não observa, não enxerga um palmo à frente do nariz? Estamos todos, Doutor Hamilton Gondim, num Inferno de Dante com a placa na entrada: “Renunciai as esperanças vos que entraís”. Fica aqui uma reflexão a respeito disso. Vamos discutir o orçamento da UERR com seriedade. E fica aqui, também, um conselho a Vossa Excelência, Senhor Reitor, para que abra essa discussão com os professores. Eu creio que o reclame maior é por conta disso. Discuta com os professores a gestão da Universidade, discuta com os alunos as suas prioridades que, com certeza, o Senhor irá sair fortalecido desse processo, pois a universidade que está acima de todos nós e daqueles gestores que por lá passaram, será ainda mais fortalecida. Eu encerro com a frase do escritor Gabriel Garcia Marques

no livro em Cem Anos de Escuridão, livro que estou relendo: “O Poder e a fama perturbam o sentido da realidade”. Nem Vossa Excelência quer ser poderoso, nem quer ser famoso, mas a realidade está aí para ser observada e vista de acordo com o pensamento de cada um.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Magnífico Reitor Hamilton Gondim, estudantes da UERR. Eu quero aqui, falar não como Deputado, mas como aluno da Universidade Estadual de Roraima. Eu estou lá desde o começo do ano vivenciando as dificuldades, conversando, ouvindo. E, uma das minhas primeiras atitudes ao buscar a biblioteca foi pensar em dar a minha contribuição na construção de um acervo técnico digno para aquela instituição. Monteiro Lobato já dizia que uma Nação se faz com homens e livros, pois o livro é uma peça fundamental na nossa vida, no nosso lar, imagine numa instituição de ensino superior. Eu já aprovei, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a condição para que possamos, agora, mensurar o valor para aquisição desses livros. O primeiro passo já foi consolidado e agora, no final do ano, com a aprovação da peça orçamentária, vou destinar um milhão de reais só para a compra de livros para a nossa Universidade Estadual de Roraima, pois essa aquisição é fundamental. E, quando eu digo só e somente só para a compra de livros, professor Hamilton Gondim, é para que esse dinheiro seja destinado com esse objetivo. Claro que a Universidade pode precisar de um ar-condicionado, mas isso fica para um outro momento; pode precisar de laboratório, mas isso também fica para o próximo ano; pode precisar de um sistema de informatização, mais complexo, mas isso fica para depois. A nossa prioridade, neste momento, Deputado Mecias de Jesus, é dotar a nossa Universidade de um acervo técnico digno. Eu queria me colocar aqui, diante do que já disse o Deputado Mecias de Jesus sobre algo que eu havia assinalado e depois o Deputado Ionilson Sampaio, e queria que vocês todos prestassem atenção na essência do que eu vou falar agora, que não se constrói uma universidade sem orçamento. Vocês alunos, professores têm que entender isso. Olhem quanto foi o orçamento da universidade! Foi de 17 milhões. Em 2008 foi de 20 milhões, em 2009 teve um decréscimo e foi para 19 milhões, em 2010 teve um acréscimo e foi de 23 milhões para 30 milhões em 2011 e, este deveria ser o nível de crescimento da nossa Universidade Estadual. Ela deveria ter um parâmetro de crescimento constante para aumentar o seu funcionamento e para aumentar quando fosse conveniente o número de vagas. Em 2012 o orçamento foi para 32 milhões de reais, ou seja, o crescimento já foi bem mais reduzido. Mas, pasmem os Senhores Deputados, caros alunos. Na proposta do Governo houve uma redução de dois milhões e quatrocentos mil reais. O Governador não quer que a Universidade cresça, ele quer que a UERR decresça, porque sem recurso ela não vai prosperar. Portanto, o orçamento de 2013, meus caros alunos, vai ser de 29 milhões de reais. Não há qualquer administrador que mantenha uma estrutura com decréscimo de receita. Na nossa Casa, quando cai a receita, nós não mantemos o mesmo padrão, imagine numa instituição. Então, meus caros colegas, Deputado Guerra, esta Casa tem um papel essencial no sentido de voltar-se um pouco mais para a nossa Universidade e, cada qual pode colocar um pouquinho de suas emendas para realmente melhorar o orçamento da universidade, senão ela vai fechar cursos, não vai ter transporte para os professores se locomoverem. Nós temos que ter a grandeza de enxergar isso. Sabemos que na nossa Universidade há muitas falhas, que ela precisa de um aprimoramento, mas esse não será alcançado, minha querida professora Célia, se não tivermos um orçamento digno, condizente com uma instituição que hoje está formando gerações. Não esquecendo que amanhã, nesta mesma instituição, estarão nossos filhos, nossos netos. Então é uma instituição primordial para o conjunto da sociedade roraimense. Por isso, fica aqui a minha gratidão por essa audiência. Eu acho que a Assembleia deve ser exatamente isso, a caixa de ressonância da sociedade, ao ouvir os mais diversos segmentos representativos do conjunto da sociedade, para que possamos construir ideias, verificarmos dificuldades e darmos a nossa contribuição, fazendo um bom debate no sentido de nos empenharmos na solução dos problemas. Hoje, a Universidade passa a ter um problema grave com essa redução de orçamento para o ano seguinte. Eu já tenho demonstrado e reafirmo aqui, mais uma vez, os números, Deputado George Melo, que não são os números do Flamarion, são números públicos, aos quais qualquer cidadão pode ter acesso. E, eu provo que em 2011, por exemplo, a Assembleia aprovou 840 milhões de FPE e o Governo recebeu 1.5 bilhão, crescimento de 87% em relação ao que foi aprovado. Portanto, o discurso de falta de dinheiro não é verdadeiro e essa redução é crueldade. A Universidade

Estadual de Roraima não merece isso. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Reitor Hamilton Gondim, senhores professores, alunos. Quero começar pelo discurso do Deputado Flamarion, porque assim como ele, eu vou me comprometer em criar emendas para a UERR, porque não adianta apenas criticar o Governo, nós temos que fazer também a nossa parte para melhorar o orçamento da Universidade. Por outro lado, eu queria fazer um apelo de que a gente pare de fazer obras bonitas, pois nem recurso para isso há. O Deputado Luciano Castro liberou um monte de recursos para construir prédios bonitos no interior, mas não tem dinheiro para comprar carteira escolar. Então, que a gente consiga emenda, através da Senadora Ângela Portela e do Deputado Luciano Castro, para construir laboratórios, para comprar equipamentos, para montar os centros tecnológicos da Universidade, porque esse é o grande gargalo do que foi colocado aqui. Eu acho que o outro problema, Reitor, com todo o respeito, é a distância que está o Senhor da realidade dos alunos e dos professores, o que precisa ser revisto.

Eu quero, agora, pegar o gancho da professora quando ela falou, porque não vou entrar em detalhes de recursos. Estudei na Universidade Federal quando Vossa excelência foi Reitor e tinha dias que a gente estudava sentado no chão. A nossa universidade é muito nova. A nota que a nossa Universidade tirou na última avaliação me assusta, porque ninguém nasce falando português, inglês, alemão. Então, os alunos que estão vivendo esse problema têm que se juntar mesmo com os professores, com a Reitoria para cobrar o que é um direito de cada um deles. Mas, tem que ter a sensibilidade da dificuldade que o Estado passa. O que me parece, e ficou claro nas palavras da professora, é que aqui ninguém está reclamando de ter que estudar em Normandia, no Baliza. O que estão cobrando é que haja uma participação efetiva de quem faz a Universidade do nosso Estado, e há esse distanciamento de quem comanda para com os que são comandados, porque se eu tenho 10 milhões de recursos e não tenho 15, eu vou chamar toda a minha equipe e dizer: vamos priorizar o que é melhor para os nossos estudantes. Por último, eu queria fazer um apelo ao Reitor da nossa Universidade para que resolva o problema dos nossos professores. A primeira leva de professores que foram fazer mestrado no Paraguai ou na Espanha, foram com aval e o apoio de governos anteriores e, depois que esses professores fizeram seus cursos, eles não tiveram como se regularizar. O Estado investiu para que eles fossem fazer cursos de mestrado fora do país, mas o que se vê hoje é que se passaram mais de quatro anos e não há nenhuma solução. Gostaria de fazer esse apelo para que se busque a regularização, pois são mais ou menos 72 professores que vivem lutando por essa solução. Eu sou o Presidente da Comissão de Educação, tive duas reuniões com o Reitor e sua equipe, mas nunca fui reivindicar cargos públicos da Universidade, porque eu sei da importância dela ser administrada por técnicos capazes.

O Senhor Deputado Jaiser Renier – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em nome do Reitor, saúdo a todos os presentes. Primeiro, gostaria de fazer uma rápida avaliação de um passado bem recente que nós vivemos à época do então governador Ottomar. O grande desbravador da Universidade Estadual é o Professor Hamilton Gondim. Ele desbravou, enfrentou as dificuldades, as inerências na vida de um cidadão, enfrentou o desafio das críticas políticas, muitas dessas do próprio parlamento e, hoje, temos uma Universidade Estadual pujante e trabalhando dentro das suas condições. Isso, nós haveremos de reconhecer. O problema é que o cidadão, o homem apaga o passado da sua história. Não se apaga o fogo com fogo na mão. Não podemos aqui, de maneira nenhuma, criticar a personalidade de um homem como o professor Hamilton Gondim, porque ele não é o primeiro a acertar e tampouco o último a errar naquela gloriosa Universidade. Devo dizer a cada um dos Senhores que foi colocado aqui, por alguns Deputados, a questão da indicação de alguns políticos dentro da estrutura da Universidade Estadual. O professor Gondim, até num ato de desabafo, procura buscar algumas saídas apontando algumas questões políticas que devem ser consideradas e está aberto a dizer os nomes e os entraves políticos que ele sofre dentro daquela instituição. Sobre o orçamento, eu tenho aqui o orçamento da UERR de 2011 que foi de 26 milhões. Não houve um decréscimo no orçamento de 2012, o orçamento é de 29.139.000,00. Eu estou com uma cópia do orçamento aqui. Não estou dizendo aqui que é muito ou pouco esse orçamento, mas acho que ele precisa ser revisto sim, porque não existe um povo rico com uma educação pobre. A educação tem que ser tratada como uma empresa, se você quer o bem da sua empresa, tem que pagar bem os seus funcionários, se você quer o bom desenvolvimento da educação, tem que pagar bem os professores. Não podemos aceitar um professor

da educação básica ganhando 4 mil reais trabalhando 25 horas e, um professor mestre da própria Universidade Estadual ganhando 3 mil reais e trabalhando 40 horas. Esse é o exemplo que temos dentro da própria Universidade. É preciso remunerar bem o professor, valorizar essa instituição. Sobre a questão do remanejamento do orçamentário, a Secretaria de Comunicação Social do Estado tem previsão orçamentária para o ano de 2013 de 14.295.000,00; A Universidade Estadual tem um orçamento de 29 milhões. Nós, presidente, da comissão de orçamento, temos que rever isso. Não é com emenda orçamentária que vamos resolver o problema da UERR, mas com remanejamento orçamentário. Não é justo uma Secretaria de Comunicação Social ter 14 milhões e uma Universidade 29. Vamos tirar dez de lá e colocar 10 para cá. A Secretaria de Estado de Educação é um outro exemplo e temos a Casa Civil. A Casa Civil detém 17 milhões para a previsão do ano que vem. Esse calor a de ser remanejado, porque assim nós vamos tratar a educação da maneira como deve ser tratada e, quem está falando aqui é um aliado do governo. Uma coisa é ser aliado, outra coisa é você ver a árvore e não enxergar a floresta. E quanto ao Reitor, Professor Hamilton Gondim, o Senhor continua tendo a minha admiração e o meu respeito, porque Ivan Lessa dizia que nós somos como aves de arribação, quando precisamos vêm, quando não precisamos vão. Talvez seja isso, de maneira desumana, que estejam fazendo com o Senhor. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Reitor da Universidade, em nome da Senhorita Luana, quero cumprimentar todos os alunos aqui presentes e, em nome da professora Maria José, cumprimentar os demais professores e sindicalistas aqui presentes. Quero parabenizar a Mesa Diretora desta Casa por nos oportunizar essa discussão. Recebemos a visita, recentemente, de alguns alunos e de representantes dos sindicatos, nos colocamos à disposição e começamos a pedir o apoio dos demais colegas para fazer essa discussão. Tivemos a preocupação de elencar alguns pontos cruciais segundo a demanda dos alunos e dos professores. Não podemos deduzir da fala dos professores, dos alunos e de alguns Parlamentares que se pronunciaram que, acima de tudo, é preciso uma gestão participativa. Sabemos o quanto é importante e decisiva essa gestão e queremos nos colocar à disposição para essa construção. Eu pedi ao Presidente Chico Guerra para que façamos uma juntada de toda essa documentação, para produzirmos um documento que seja encaminhado ao Governador e ao Reitor. Já fizemos várias audiências, onde aqui denunciaram o governo e expuseram fatos escandalosos, mas, delas não saiu nada de construtivo. A minha preocupação é que possamos sair daqui com o compromisso do Reitor em democratizar ao máximo a gestão da UERR, nos garantindo que os alunos serão ouvidos nas discussões e no planejamento futuro da Instituição. Esse é o maior fruto que podemos apresentar ao término dessa audiência. Tendo ciência do orçamento do Estado, a UERR sofreu um decréscimo, talvez não numericamente, mas ela não vem recebendo a mesma atenção que vêm recebendo as demais secretarias, assim como as administrações indiretas. Queremos que, no mínimo, seja dado a UERR o mesmo crescimento que foi dado a algumas secretarias. Vinte e seis milhões para vinte e nove não corresponde nem à reposição dos 4,5 de perda fracionária que ocorre todos os anos. Não adianta nós nos comprometermos em fazer emendas individuais, porque não serão liberadas. Se queremos realmente ajudar a UERR, que façamos uma emenda de comissão. O Deputado Flamarion colocou um milhão de reais para a UERR, e não foi liberado porque tem a questão política travando. Então, se temos essa preocupação com a UERR, nada melhor do que fazermos essa emenda de comissão.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Na pessoa do Reitor, quero saudar a todos os presentes. Eu acho que depois de tudo que foi dito aqui, foram colocadas as verdades até onde foi possível da parte do Reitor. No trecho que o Deputado Mecias leu, eu também assinalei algo que sabemos que existe, não podemos tampar o sol com a peneira, da parte dos professores e em relação à falta de estrutura também. Queria me reportar ao professor André. Ele agradeceu assim: “os Deputados da situação resolveram atender ao nosso pedido”. Eu queria dizer a ele que os Deputados da situação, igual aos da oposição, têm o mesmo interesse em ver o Estado funcionar. Talvez a gente busque que as pessoas se aproximem mais da realidade que cabe a esta Casa definir. Todos os Deputados aprovaram a indicação política do Senhor Hamilton Gondim para ser Reitor. Os Deputados desta Casa analisaram e aprovaram o aumento do orçamento da UERR sem emendas. O orçamento foi analisado e aprovado por todos e, estou tomando conhecimento agora sobre o que caiu, o que aumentou, diminuiu, mas não vi preocupação aqui com o orçamento da Universidade. O discurso é muito bonito. Eu queria dizer

também que o que vem numa proposta orçamentária é definido por lei. Nós temos o PIB e o PCA que determinam o aumento do orçamento todo ano. Se há excedente de arrecadação, esta Casa dá ao Governo do Estado o direito de remanejar, usar, aplicar 50% a mais do orçamento sem passar por nós. É importante saberem que a questão orçamentária nos preocupa. E, me preocupa saber que não somos mais Território Federal, quando todo fim de mês os recursos vinham para pagar a folha, pois nesse mês o Estado não tem como pagar porque não produz. Se você pegar o PIB do nosso Estado verá que o único setor que gera mais, que é dito como primordial na economia do Estado, cuja participação no PIB era 7% e caiu para 3%, é o setor agrícola. É bom a gente conhecer o orçamento, saber aonde está o dinheiro, para onde está fugindo, aonde é que estão roubando, tirando. A nossa Universidade Federal, a prima rica, não tem a estrutura do curso de agronomia que tem a de Rorainópolis. Há ali uma antiga escola técnica que foi cedida, mas já acabou. O curso de medicina está dentro dos hospitais de Roraima, não há um curso interiorizado. Então, tem que ser reavaliada a estrutura, a forma de atuação, o programa de trabalho da UERR sim. Temos que ter o pé no chão, sabermos o que podemos e o que não podemos. Não adianta querer ser rico com o pires na mão, tem que se viver a realidade do Estado. Não adianta sonhar, pois não se vive de discurso bonito nem de ilusão. Eu digo isso por ser uma política que tem curso superior, mestrado, especialização, tenho conhecimento sobre o que falo, só não tenho curso de atriz. Vou sugerir que o orçamento dos Poderes sejam reduzidos em 10 milhões para serem remanejados para a UERR. Obrigada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Quero saudar a Mesa, na pessoa do Presidente, o magnífico Reitor, o copo docente e discente e a comunidade universitária que nos alegra nesta manhã. Eu vou me manifestar na mesma linha de pensamento que aqui foi desenvolvida pelo professor André, por entender que ele representou no seu pronunciamento o traço de união entre os que reivindicam e as colocações do Senhor Reitor. A audiência pública existe como um mecanismo do Poder Legislativo, justamente para que as divergências sejam discutidas e por fim se busque a solução possível. Nós precisamos aqui o que deve funcionar dentro da UERR, essa universidade que é importante demais para o futuro de Roraima, por isso, tanto aqueles que tem a responsabilidade de gerir a Universidade, como aqueles que têm a responsabilidade de ministrar aulas de boa qualidade, como os próprios alunos, cada um tem uma parcela importante de responsabilidade nesse processo. O nosso Estado só vai vencer seus problemas e mazelas através da educação e, principalmente, da capacitação do maior número possível de cidadãos com curso superior, com uma habilitação suficiente para atuarem e influírem no processo de avanço democrático do nosso Estado. Por isso, quero deixar aqui esse apelo de que a partir de agora possamos, todos nós representantes do povo, dar a nossa contribuição, independente de situação ou oposição, entendo que esse não é o momento de se fazer média política, mas sim o momento de se construir aquilo que é melhor para o nosso Estado. Que não fique apenas nessa audiência, que a partir de agora esteja aberto o caminho para discussão interna na Universidade, e externa naquilo que for possível para interagir com o Executivo, com esta Casa se propondo a ser sempre a mediadora dessas questões, para que se chegue a um entendimento e um bom porto. Concordo com os que aqui disseram que o problema de emendas individuais de Deputados não vai resolver o que vai resolver, e vai ser uma medida que ultrapassa a barreira de interferência política é se conseguirmos negociar uma melhoria substancial no orçamento da UERR, para que ela possa atingir seus objetivos. Que ela possa não só prestar um ensino de qualidade, mas sobretudo, dar exemplo de uma gestão democrática que venha a atender aos reais interesses da Universidade do nosso Estado. Essas eram as colocações que gostaria de deixar aqui para continuarmos tendo orgulho da nossa Universidade Estadual que, apesar das dificuldades, vem exercendo um papel relevante em prol do desenvolvimento do Estado, notadamente nos municípios do interior, levando conhecimento até os mais afastados recantos do nosso Estado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, magnífico Reitor, Senhores professores, quis Deus que eu pudesse estar hoje aqui. Quando aconteceu a criação da nossa Universidade Estadual, eu era Presidente da Comissão de Educação, coordenei todas as audiências públicas para a criação dessa Universidade, a qual a gente, a cada audiência, tinha uma briga com a oposição, porque a oposição colocava que a Universidade era desnecessária. Hoje, eu vejo todos os meus colegas Deputados falando sobre a importância da universidade para o Estado e, isso me deixa feliz. Obrigada

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Magnífico Reitor Hamilton Gondim,

corpo docente e discente da UERR, imprensa aqui presente, a todos meu cordial bom-dia. Senhor Presidente, faço uso da palavra apenas para dizer que acompanhei o nascimento da UERR. Fui do Conselho Diretor da FESUR e tive a oportunidade de trabalhar juntamente com o Professor Doutor Hamilton Gondim na construção do Projeto de Lei que culminou na construção da UERR, porque, como diretor do ISEC, tinha acento naquele conselho. Nós, muitas vezes sentamos e eu falava como era fantástico ter a oportunidade de estar trabalhando na criação da Universidade do Estado de Roraima. E, venho de público, hoje, render as minhas homenagens ao Dr. Hamilton Gondim que foi um baluarte na construção dessa Instituição, sobre a qual se discute hoje aqui. Há que se fazer justiça com a história dos homens e das pessoas e, como o Jalsler falou aqui, não se pode esquecer o passado. O que de mais extraordinário aconteceu na educação desse Estado nos últimos dez anos foi a criação da UERR. Quem poderia imaginar que nós teríamos cursos superiores no interior do Estado, como temos hoje. Isso é fantástico e se deve muito a esta Casa, a um Governo visionário e a pessoas visionárias como você. Permita-me chamá-lo assim, Dr. Hamilton Gondim. Acho que temos que ter a responsabilidade de lutarmos por melhorias, mas, temos que ter a responsabilidade também de reconhecermos isso. Vejo aqui que há uma necessidade de aumento no orçamento, mas vejo também uma briga por poder. Olha gente, a ocupação de cargos públicos tem pressupostos, o primeiro é o da legitimidade, o da legalidade é o segundo, e um não é menos importante que o outro. O da legalidade está ali para aqueles que preenchem os requisitos e objetivos dos cargos. Isso é básico. Mas, há o da legitimidade do professor, do mestre, do doutor olhar e dizer que esse que está ali realmente tem uma história, e ele ocupa determinado cargo porque tem uma história de vida, de construção. Isso se chama legitimidade. E poucos, poucos mesmo que ocupam cargos públicos aqui, em quaisquer das esferas do poder, preenchem esses dois pressupostos. E, o Dr. Hamilton Gondim é um deles. Faça essa observação porque nas semanas que antecederam essa audiência, uns e outros, no afã de conseguirem esse cargo e até na forma como colocam as coisas em suas reivindicações, às vezes ferem esses pressupostos, e isso é inadmissível. Mas, venho aqui para dizer que nós, aqui da Assembleia, temos a responsabilidade de destinarmos mais recursos, pois temos a possibilidade de fazermos isso no orçamento, para mantermos e darmos condições para que a Universidade Estadual se fortaleça e consiga manter seus cursos. Há muitas coisas supérfluas privilegiadas, mas nada é mais importante do que a educação. Há muitas verbas em outras áreas do governo que nós podemos remanejar. Precisamos discutir isso, pois não podemos votar o orçamento de olhos fechados, porque a UERR, como falei, é o que de mais extraordinário aconteceu na área de educação no nosso Estado. E, nós podemos melhorar o orçamento da UERR. Os outros pontos aqui colocados, muitos deles passam pelo orçamento. Todavia, a questão da eleição para Reitor é uma coisa que, com a maturidade da universidade, com o decorrer do tempo vai acontecer. Tenho certeza que em um curto espaço de tempo, todos esses pontos aqui elencados serão alcançados. Era isso que queria falar Senhor Presidente, que temos esse compromisso e que estaremos à disposição da UERR, do corpo técnico e também da Comissão de Orçamento discutindo isso, para que possamos melhorar o orçamento e fortalecer a Universidade Estadual. Obrigada.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Antes de passarmos para as respostas às perguntas das pessoas que aqui se encontram, gostaria de passar a palavra para o Senhor Doutor Hamilton Gondim, Reitor da UERR, pois ele foi bastante citado pelos Deputados.

O Senhor Magnífico Reitor Hamilton Gondim – Obrigado Presidente. Muitos pontos foram falados sobre a expansão da Universidade, como se fossem feitos de forma irresponsável ou sem planejamento. Em abril de 2001, éramos 2000 alunos. Antes, tínhamos sido 4.300, hoje somos 4.300. Voltamos por quê? Houve uma expansão maluca? Não. Voltamos porque muitos cursos do interior, como o de Normandia, como em muitos outros lugares, tinham cursos que estavam em extensão. Visitei todos esses Municípios e via a tristeza do povo do Bonfim, por exemplo, em saber que a Universidade estava se extinguindo, porque não havia mais vestibular. Como uma Universidade pode ter vestibular em um ano e passar cinco anos sem ter vestibular? Lá só restavam dois, três ou quatro alunos remanescentes que tinham que vir para Boa Vista. Então, o que houve, naturalmente, foi uma retomada e essa retomada também não foi de forma irresponsável, porque quando assumi em abril de 2011, minha primeira preocupação, e digo isso no trabalho, foi fazer concurso público para professores. Nós aumentamos, duplicamos o quadro de professores. Estamos falando aqui em orçamento. Vocês já pensaram o que significa duplicar o

número de professores e de pessoal técnico-administrativo? Significa que as despesas com pessoal, que são as mais importantes, foram duplicadas, mas, sem aumento no orçamento. Então, como foi feito? Fomos empurrando com a barriga, no sentido de convencer a SEPLAN e o Governo de que nós não poderíamos continuar com aquele número de professores. Hoje, temos uma Universidade boa ou ruim, mas com uma quantidade de professores que fazem já uma massa crítica, o que não havia. Temos uma Universidade que já pode eleger o conselho de curador, antes não podia. Falam muito que o conselho universitário deveria aprovar o Regimento Geral. Nunca aprovou, desde 2007. Fui Reitor até 2006, depois voltei em 2011, portanto, não tenho a mínima responsabilidade pelo que aconteceu nesse intervalo. Agora, quem colocar em mim, a responsabilidade por todas as mazelas. Não, gente! Vamos colocar o pé no chão. Assumi a Universidade em abril, tinha uma prioridade que era o concurso público, concurso público sério, e os professores que aqui estão têm orgulho disso. Nenhum desses professores me conhecia de antes, todos chegaram aqui, fizeram o concurso, foram aprovados, nomeados e foram trabalhar. O que acontece neste instante? O conselho universitário aprovou o vestibular para 2013. Quando isso aconteceu, minha primeira preocupação foi a seguinte: o conselho universitário autorizou, é igual ao orçamento, é autorizativo. E, minha primeira preocupação foi a de suspender todo o vestibular, uma decisão radical. E, em seguida, designei uma comissão, composta pelo coordenador do curso, que supostamente coordena o curso com seus pares, com os professores. Quando um coordenador de curso me fala qualquer coisa, eu pressuponho que ele consultou a base, os professores. A coordenação de curso é composta pelo coordenador, por todos os professores, por um representante do corpo técnico e um representante do corpo discente. Então, criei uma comissão pelos coordenadores respectivos, pelos diretores de campo, coordenada pela pró-reitora de ensino e mais um representante do sindicato. E, para concluir, gostaria de dizer que as obras bonitas feitas pelo interior, são obras feitas pelas prefeituras, não é obra feita pela UERR. O próprio prédio da reitoria, também seria uma obra originária de emenda parlamentar. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Com a palavra a Senhora Professora Maria José, pelo tempo de 1 minuto.

A Senhora Representante do SINDUER, Professora Maria José dos Santos - Só gostaria de esclarecer um ponto, que é a questão do vestibular, pois, o Deputado Chico Guerra estava presente à reunião quando colocamos que o vestibular tinha sido aprovado de forma autoritária, sem discutirmos com alguns coordenadores de cursos. E aí, os coordenadores de cursos fizeram um documento e nos encaminharam dizendo onde eles queriam o vestibular. Mas, foi só depois de uma conversa com o Governador que o Reitor, ontem, dia 29, publicou uma portaria formando uma comissão para discutir sobre o vestibular. Então, é importante que se esclareça como os fatos ocorreram.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Vamos passar agora para as perguntas do público.

A primeira pergunta é dirigida ao Presidente da Assembleia e diz o seguinte: Excelentíssimo Senhor Presidente, gostaria de saber qual seria o posicionamento desta Casa para melhorar a qualidade física e orçamentária da UERR, tendo como norte a faculdade do Amazonas UEA, e qual o compromisso desta Casa com a instituição?

Gostaria de dizer que o compromisso que esta Casa teve, foi o de aprovar o projeto da UERR em menos de quarenta e oito horas. Ele chegou aqui em regime de urgência e formamos uma Comissão para analisar o projeto e, em duas sessões ele estava aprovado. Portanto, esse é o tamanho do compromisso que temos com a UERR, não só o compromisso fruto da ideia de um visionário e futurista que passou por este Estado e que se preocupava em ter, no Estado, instrumentos que pudessem desenvolver o Estado de Roraima. Ele achava e pensava que através da educação conseguiria desenvolver o Estado de Roraima, e fez mais no interior do Estado para que o Sr. Manoel, depois de cinco, seis anos, pudesse engordar um boi para a formatura do seu filho. Esse instrumento hoje, a UERR, é muito forte para o Estado de Roraima e, por isso, em homenagem a esse visionário, vou me comprometer em colocar todas as minhas emendas para a UERR, com a condição de que esse dinheiro vá para Caracará, visando o término da instalação da Universidade do Município, pois, realmente, Caracará está necessitando disso e de muito mais. Portanto, vou colocar 1,5 milhões para terminar a instalação da Universidade em Caracará.

A outra pergunta é para o Magnífico Reitor. Quais as melhorias que podem ser feitas a curto prazo? E se o processo de reconhecimento de diplomas será para beneficiar professores cedidos?

O Magnífico Reitor, Doutor Hamilton Gondim – Bem, com relação às melhorias físicas, a única que estamos fazendo nesse instante foi uma reivindicação dos alunos, em uma reunião conosco, que solicitaram que abrissemos um restaurante universitário. Eu expliquei que nós não poderíamos construir e eles pediram que aumentássemos pelo menos o atual ambiente utilizado como refeitório. Nós estamos pegando todos os recursos disponíveis para fazer esse aumento. O local deve estar pronto para funcionar até o final desse ano. Fora as emendas de parlamentares, um outro projeto que temos é o da construção de um prédio para pesquisa, mas isso depende de uma verba do CNPT e, eles colocam essa verba com base no entendimento de doutores e em pesquisas existentes. Nós já temos condições de ter esse prédio novo, estamos em discussão para decidirmos onde colocar esse prédio. Com relação aos diplomas, eu não sei que diplomas são esses, porque os diplomas da Universidade são validados pela própria universidade, não vai para canto nenhum, se for de universidades particulares, a universidade pode atestar os diplomas, se forem diplomas de pós-graduação. Por favor, tenham paciência, temos que obedecer a legislação vigente, que diz que os cursos de mestrados e doutorados têm que ser reconhecidos pela CAPS. Não sendo isso, é impossível fazermos o reconhecimento. Recentemente, houve uma reunião do Conselho, colocou-se uma possibilidade justamente com relação a esse argumento, o governo pagou bolsa, pagou passagem, pagou tudo, e chega o indivíduo de volta e não tem nada. Houve um pedido de vista desse projeto e ele está para ser discutido já com o novo relator. A minha posição pessoal sempre foi que exclusivamente os cursos sejam reconhecidos pela CAPS. É claro que existem outras pessoas que pensam diferente, vamos colocar isso em discussão, para beneficiar os professores cedidos? Não. Nada de professor cedido. Há vários professores efetivos que estão nessa situação, que estão fazendo curso na Argentina, no Paraguai.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Magnífico Reitor, quais os critérios utilizados para abertura de cursos no interior e, há planejamento antecipado?

O Magnífico Reitor, Doutor Hamilton Gondim – Os critérios desde o início da universidade, sempre foram as Audiências Públicas com a comunidade. Levamos professores, coordenadores e ouvimos a comunidade. Foi feito isso em todas as comunidades, inclusive com a presença do Governador muitas vezes. Então, as comunidades pediam curso de medicina, outros cursos e, nós ouvíamos e encaminhávamos. Dessa forma que foi iniciada a universidade, ouvindo as populações interessadas. Agora o critério é parar de ouvi-los. Não queremos absolutamente nenhum curso adicional, a não ser que haja um projeto específico, com recursos. Então, é parar integralmente para que se tenha condições mínimas de ofertar um bom curso de graduação. Só abro exceções perante o nosso grupo que pensa na universidade. Estamos abrindo, também, exceção para algumas comunidades específicas do interior, comunidades indígenas que tem o grupo de professores. É um curso pacote, porque só tem final de semana, que seria pago pelas prefeituras, destinado para a formação de professores. Vocês sabem que a maioria dos professores indígenas desse Estado, 92% só têm o ensino médio. Pela Lei de Educação Básica, deveriam ter o curso superior. Mas, como é que um professor de Truarú, Surumú, Cantão e de outras comunidades vão poder fazer um curso superior, se vierem para Boa Vista e, possivelmente, não voltam mais. Então, é preciso que a Universidade vá até lá. E, nesses casos, nós estamos atendendo à formação de professores da Educação Básica. Esse é o único critério.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Os professores do CEFET, os da universidade, ao contrário que diz o Reitor, querem ensino, pesquisa e extensão de qualidade, para tanto, se faz necessário um entendimento por parte da gestão administrativa, principalmente, que pense na universidade e não no ensino médio. Por isso, perguntamos: quando a universidade terá a oportunidade de ter uma gestão que pense desse modo, na Universidade e não no ensino médio?

O Magnífico Reitor, Doutor Hamilton Gondim – Gostaria de informar o seguinte: todo mundo fala que o orçamento da Universidade não é participativo. Os Senhores Deputados sabem que o orçamento é discutido em nível Estadual. Um ano antes começa a discussão na SEPLAN, em março, abril, para poder mandar o projeto orçamentário. Eu assumi em 2011 e dei prioridade absoluta para fazer o quadro docente permanente, aí fui um pouco relaxado, porque o orçamento da Universidade, diga-se de passagem, é o mesmo de 2006, simplesmente pegaram um fator de multiplicação, multiplicam cada elemento de despesa e mantiveram as mesmas despesas e as mesmas coisas. Imaginem que há coisas como a reforma do prédio da Universidade em Pacaraima,

sendo que a universidade não tem prédio em Pacaraima. Então, o que eu fiz agora. Já determinei a Pró-reitoria de planejamento que, agora com o conselho universitário renovado, após todas as eleições realizadas recentemente, depois de ter duplicado o quadro efetivo da universidade, já tendo estruturado o conselho de curador, estando o funcionamento do Conselho de ensino e pesquisa e extensão com a participação de todos os coordenadores de cursos que foram eleitos há pouco tempo, inicie, em fevereiro de 2013, o processo de elaboração do orçamento para 2014 com as seguintes características: a) descentralizados, no nível de coordenação de cursos; b) participativo, pois deve ser baseado nos planos de ensino, pesquisa e extensão de cada coordenação de curso, que é composto pelo professor efetivo, pelo coordenador, por todos os professores que ministram aula nos cursos. Essa proposta orçamentária somente então seria encaminhada ao Conselho de Curador e, posteriormente, ao Conselho Universitário para ser encaminhada à Secretaria de Planejamento, para o Governo do Estado encaminhar para cá. Todo esse processo demora pelo menos de 6 a 8 meses. Então, pensar no orçamento desse ano é tolice, pois o orçamento desse ano era o antigo. O do próximo ano está praticamente definido, o que podemos fazer é arremates e conseguirmos um adicional, mas o real orçamento da Universidade, com base nas reais necessidades de cada coordenação de curso, só pode ser pensado para 2014.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Porque a discriminação com os professores cedidos, fatos presentes nos documentos? Eles não são capazes? Têm tratamento diferenciado? Qual o problema?

A Senhora Representante do SINDUER, Professora Maria José dos Santos – A questão da discussão entre professores cedidos e efetivos, como a professora Andréa já falou, já foi superada. Isso ocorreu em 2006 quando tinham poucos professores efetivos e a maioria não cedidos. Acho que esse é um fato que não interfere mais na Universidade, pois praticamente não temos mais cedidos, hoje quase todos são efetivos.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Quando será construída a quadra poliesportiva para as aulas práticas dos alunos do curso de Educação Física?

O Magnífico Reitor, Doutor Hamilton Gondim – Neste caso, temos a possibilidade de utilizar toda a estrutura do Governo do Estado e da Prefeitura. Estamos em contato com a Prefeita eleita para colocar à disposição a Vila Olímpica. Com relação à Educação Física, Iracema está sendo transformado num grande centro de educação física deste Estado. Nós queremos formar atletas de altas performances e, para isso, a Prefeitura e a Câmara Municipal já doou para a Universidade todo aquele complexo esportivo, inclusive, com o estádio de futebol. Aqui em Boa Vista, construir agora uma quadra poliesportiva para a UERR, para mim, seria no momento um delírio, pois temos outras coisas mais urgentes como por exemplo garantir as pesquisas em laboratórios.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Para atender aos interesses das famílias que partilham do poder do Estado, professores e alunos, ao contrário, querem ensinar e aprender com igualdade, autonomia e independência. Mas, como é possível ensinar e aprender esses valores democráticos com uma pró-reitora de ensino que desqualifica e persegue professores, que é servil aos interesses dominantes do Estado e indiferente aos interesses dos alunos, uma pró-reitora de extensão que é uma parasita?

O Magnífico Reitor, Doutor Hamilton Gondim – Isso é uma forma um pouco preconceituosa, porém, respeitamos a opinião de todos. Não tenho como responder a isso. Tenho na pró-reitoria de extensão uma profissional do mais alto gabarito, mestre em Geografia, a qual está concluindo o doutorado em Geografia e dirige a pró-reitoria de extensão, no meu entender, de uma forma exemplar. Não preciso falar que a pró-reitora de ensino é uma professora, das poucas professoras que lá se encontram. Ela é da época em que eu era Reitor na Universidade Federal. Naquele tempo, criei um campus avançado em São Luiz do Anauá e formei um monte de professores, entre eles, a pró-reitora de ensino que hoje é mestre e doutora. O Prefeito atual de Rorainópolis, e muitas outras pessoas altamente influentes na política de Roraima, que tiveram essa oportunidade, não teriam se a Universidade Federal não tivesse ido para lá. Infelizmente mudaram a ênfase e acabou, mas eles foram formados, são competentes e não sei mais o que dizer.

O Senhor Deputado Jalsner Renier pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, como já ultrapassamos o horário regulamentar da Sessão e nenhum Deputado pediu prorrogação da Sessão, gostaria que evoluíssemos para o encerramento da Sessão, uma vez que, já foram apresentadas as reivindicações pelos representantes das instituições

aqui nesta Casa e, essas questões podem ser remetidas ao Reitor para que ele possa respondê-las em um outro momento, porque o momento e o objeto dessa audiência é tão somente a questão orçamentária e estrutural da própria Universidade. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – Senhor Deputado, já só falta uma pergunta e ela é direcionada à Assembleia e faço questão de responder.

A pergunta é: Por que o Poder Legislativo rejeitou o Projeto de Lei do Deputado Flamarion Portela, que defendia que os diretores de escolas públicas fossem escolhidos através de eleições? E qual a possibilidade para este projeto ser estendido às Universidades?

Bom, na verdade, a decisão foi política. Alguns Deputados entenderam que não poderia ser assim. Eu, particularmente, entendo que isso polemizaria as escolas, imaginem isso nas Universidades em época de eleições. Então, esta é a posição do Presidente, se houver algum Deputado que queira discutir sobre isso, pode fazer uso da palavra.

Para encerrar, passo a palavra para um dos representantes do sindicato e depois para os Deputados.

A Senhora Representante do SINDUER, Professora Maria José dos Santos – Para enfatizar, gostaria de pedir aos Deputados que, se possível, alterem o orçamento da UERR em pelo menos uns R\$ 10 milhões a mais, que é a proposta que vários Deputados corroboraram. Então, o que peço ao Presidente da Comissão de Orçamento e a todos os Deputados é que nos apoiem e aprovelem esse remanejamento no orçamento do Estado, para que a UERR receba mais R\$ 10 milhões no orçamento. Essa é uma questão prioritária, porque temos uma defasagem imensa como vocês viram. Por isso, peço o apoio de cada Deputado que aqui está, para essa questão específica, no sentido de que se faça a emenda propondo o remanejamento com R\$ 10 milhões a mais para o orçamento da Universidade Estadual de Roraima. Esse é o principal apoio que queremos dos Senhores Deputados e, também, o cumprimento do Estatuto da Universidade com todas as suas deliberações. Agradeço a disponibilidade de vocês em nos receberem, pois isso mostra que a Assembleia está mais próxima da sociedade, está tendo a disponibilidade em ouvir a comunidade, toda a sociedade e, é dessa forma que vocês vão poder ter um orçamento mais participativo. Obrigada.

O Magnífico Reitor, Doutor Hamilton Gondim – Eu adoraria criar o curso de medicina, principalmente pela proposição de Vossa Excelência, Deputado Joaquim Ruiz, porque esse curso representaria simplesmente a solução de muitos problemas deste Estado, pois, segundo sua proposta, se entendi bem, metade das vagas seriam destinadas à capital e metade para o interior. Isso seria fabuloso, mas se nós tivéssemos condições físicas e acadêmicas minimamente. Posso até dizer que nós já teríamos todos os professores, ou melhor, quase todos, pois temos muitos doutores nessa área e o curso seria muito interessante. Porém, politicamente é impossível no presente momento. Só para finalizar, gostaria de dizer que basicamente todos nós que estivemos aqui temos as mesmas ideias e as mesmas propostas. Não temos absolutamente nenhuma divergência, só temos o estilo e o jeito diferente, mas o objetivo é o mesmo, é fortalecer a nossa Universidade. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Presidente, quero dizer que o nosso compromisso com o aumento do orçamento passa também pela avaliação de tudo que foi discutido aqui.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Gostaria de explicar aos sindicalistas que minha emenda de um milhão e meio vai ser feita no orçamento e ela é 100% garantida. Agora, a execução não posso garantir, a exemplo do que já foi feito pelo Deputado Flamarion que já fez duas emendas para a Universidade e elas não foram executadas.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, eu nunca fiz nenhuma emenda para a Universidade.

O Senhor Presidente, Deputado (Chico Guerra) – No ano passado o Senhor apresentou duas emendas para a Universidade.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Não, Senhor Presidente, no ano passado tenho zero de emenda. Este ano é que aprovei na LDO a condição para depois mensurarmos e efetivamente fazermos a emenda para a Universidade. Queria deixar bem claro aqui, que o Senhor Hamilton Gondim, além de matemático, deve ser economista também, e ele sabe disso. No momento que aprovamos o orçamento da Universidade, se cada Deputado aqui colocar alguma coisa, o Governador vai ter que dividir por 1/12 avos e mandar para lá. Ele tem a autonomia administrativa-financeira. Então, se cada Deputado colocar X, esse X vai se somar ao que já existe e será dividido por 1/12 anos, e será repassado um pouco em cada mês.

Então, nunca coloquei nenhuma emenda para a Universidade, a primeira vez que vou colocar é agora com o objetivo específico para a aquisição de livros.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Eu me equivoquei com a LDO, mas fica aqui o compromisso, com a certeza do dever cumprido. Gostaria de dizer a Vossas Excelências que esta Casa estará sempre aberta ao debate e quando não houver o debate, também poderemos estar abertos a negociações. Então, que os Senhores usem esta Casa da melhor forma possível. Obrigado pela participação de todos e nos sentimos orgulhosos por debater fatos tão importantes como esse. E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e desejo a todos um bom feriado.

Alcançado o objetivo da Audiência Pública, retomamos a Sessão na fase em que se encontravam os trabalhos.

Como não há matéria para a Ordem do Dia e nenhum Deputado quis usar o Expediente de Explicações Pessoais, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, convocando outra para o dia 06 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 06/11/2012

ATAS COMISSÕES

REUNIÃO DAS COMISSÕES EM CONJUNTO REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às dez horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, constatada a presença de 16 (dezesseis) Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Gabriel Picanço, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** Projeto de Lei nº 049/12, de autoria do Poder Executivo, que “Cria Cargos de Cirurgião Dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. O

Senhor Presidente, após formar a Comissão, determinou a retirada da referida matéria da Ordem do Dia, tendo em vista a ausência do impacto financeiro nos autos do processo. Assim sendo, encaminhou à relatoria o Projeto de Lei para a análise das emendas apresentadas pelo Deputado Soldado Sampaio, durante o pedido de vistas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão
Aprovada em: 23/11/12

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Flamarion Portela, Coronel Chagas e Chicão da Silveira. Ausentes os Senhores Deputados Jalsen Renier, Aurelina Medeiros e Brito Bezerra. **Abertura:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na reunião da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos a Proposta de Moção de Repúdio nº 020/2012 “aos atos da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia a Proposição, analisada pelo Relator, solicitando o mesmo, proceder à leitura do Parecer Favorável. Após leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não havendo discussão, submeteu à votação, sendo aprovado pelos Senhores Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação da Matéria, encerrou a reunião às oito horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão
Aprovada em: 28/11/12

SOS

**HOSPITAL
DA CRIANÇA**

FAÇA SUA PARTE !!!

**Doe alimentos
não perecíveis e
outros produtos.**

Informações e doações pelo telefone:

(95) 4009 5578

Realização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA